

Participar e Incluir:

Fortaleza, julho de 2020

por uma
pedagogia
colaborativa
no contexto
da pandemia


UFC
FACED
atividades
educativas
emergenciais



Descrição das imagens:

- *Capa do documento: Imagem de fundo representada por uma lousa escolar. Na parte superior, centralizado em amarelo, o título: “Participar e Incluir”. Abaixo, na mesma cor, em fonte menor e à direita, “Fortaleza, julho de 2020”. Abaixo, no centro em destaque, um conjunto de lápis coloridos com as pontas para cima de onde saem marcações em cores como galhos e poucas folhas como de uma árvore desenhadas por esses lápis. Ao lado da imagem à esquerda, em verde escuro, a frase “por uma pedagogia colaborativa no contexto da pandemia” e à direita, na cor laranja, “FACED UFC Atividades Educativas Emergenciais”.*
- *As páginas seguintes, a partir do Sumário, sempre nas bordas das páginas, alternando as cores, desenhos que reproduzem a mesma marcação da lousa escolar.*
- *A última página do documento tem a imagem de um conjunto de lápis coloridos, formando um círculo, vistos de cima, onde está a mesma marcação colorida da lousa escolar na capa do documento.*





Por outro lado, o homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um “ser-em-situação”, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da “praxis”; da ação e da reflexão. (Paulo Freire, 1983, p.7)

Calçar a sandália que nos açoita e caminhar com força.
Sermos gentis e termos coragem. (Jackline Rabelo)

Diretora da Faculdade de Educação

Heulalia Charalo Rafante

Vice Diretora da Faculdade de Educação

Adriana Eufrásio Braga

Departamento de Estudos Especializados

Chefe: Robéria Vieira Barreto Gomes

Sub-chefe: Maria José Barbosa

Departamento de Fundamentos da Educação

Chefe: Débora Lúcia Lima Leite Mendes

Sub-chefe: Neide Fernandes Monteiro Veras (em exercício)

Departamento de Teoria e Prática de Ensino

Chefe: Alexandre Santiago da Costa

Sub-chefe: Camila Rocha da Silva

Curso de Pedagogia Diurno

Coordenação: Francisca Maurilene do Carmo

Curso de Pedagogia Noturno

Coordenação: Jakeline Alencar Andrade

Curso de Pedagogia PARFOR

Coordenação Geral: Adriana Eufrásio Braga

Coordenação Pedagógica:

Débora Lúcia Lima Leite Mendes e

Rosemeire Costa da Cruz Andrade

Curso de Pedagogia Modalidade EAD

Coordenação: Sandoval Antunes de Souza

Curso de Pedagogia Bilíngue

Coordenação: Renata Peixoto e Débora Vasconcelos

Programa de Pós-Graduação em Educação

Coordenador: Valdemarim Coelho Gomes

Vice-Coordenação: Clarice Zientarski

Comissão de Mobilização, Planejamento e Formação

Adriana Eufrásio Braga

Alexandre Santiago da Costa

Bernadete de Souza Porto

Camilla Rocha da Silva

Cindy Bernardo Lima

Cristina Façanha Soares

Francisca Maurilene do Carmo

Francisco Carlos Alves de Lima

Francisco José Ferreira da Silva

Georgia Albuquerque de Toledo

Heulalia Charalo Rafante

Kelly Maria Gomes Menezes

Jakeline Alencar Andrade

Messias Holanda Dieb

Paulo Meireles Barguil

Ronaldo de Souza Almeida

Ruy de Deus e Mello Neto

Tania Maria Batista de Lima

Thiago de Sales Silva

Vanessa Louise Batista

Docentes que participaram das reuniões de planejamento e assinam o documento de estágio

Adriana Leite Limaverde Gomes

Alexandre Santiago da Costa

Bernadete de Souza Porto

Camilla Rocha da Silva

Cristina Façanha Soares

Francisca Maurilene do Carmo

Geórgia Albuquerque de Toledo Pinto

Ingrid Louback de Castro Moura

João Batista Figueiredo

Josefa Jackeline Rabelo

Luciane Germano Goldberg

Ludmila de Almeida Freire

Luis Távora Furtado Ribeiro

Maria José Albuquerque da Silva

Raquel Crosara Maia Leite

Redação Final

Adriana Eufrásio Braga

Adriano Passos dos Santos

Alberto Filho Maciel Maia

Bernadete de Souza Porto

Francisca Maurilene do Carmo

Heulalia Charalo Rafante

Jakeline Alencar Andrade

Maria José Albuquerque da Silva

Messias Holanda Dieb

Morgana Melca Braga Sampaio

Pablo Severiano Benevides

Tânia Maria Batista de Lima

Thiago de Sales Silva

Vanessa Louise Batista

Descrição das Imagens:

Angela Maria de Sousa Bezerra

Mariana Santos da Costa Araujo

Maria Roseane Alves Marreiro

Designer


Marisa Marques de Melo

Capa

Anna Lúcia Santos Vieira e Silva (Lilu)

O Plano “**Participar e Incluir: por uma pedagogia colaborativa no contexto da pandemia - UFC FACED atividades educativas emergenciais**” foi aprovado pelo Conselho Departamental da Faculdade de Educação da UFC, no dia 30/07/2020.

Sumário

- 5 Contextualização
 - 8 Posição sobre o ensino remoto e a importância dos encontros presenciais na dinâmica de ensino e aprendizagem e nas práticas de produção do conhecimento
 - 14 Atividades Educativas Emergenciais
 - 17 Princípios - Atividades Educativas Emergenciais
 - 18 Conteúdos e Estratégias - Atividades Educativas Emancipadoras
 - 23 Avaliação - Atividades Educativas Emergenciais
 - 26 Componentes Curriculares Ofertados no Semestre 2020.1
 - 27 Trancamento e Supressão de Disciplinas
 - 28 Situação dos Prováveis Concludentes 2020.1
 - 29 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
 - 30 Estágios Obrigatórios - De uma Pedagogia Necessária a uma Pedagogia Possível
 - 34 Para a Realização Desta Proposta
 - 40 Sigamos Juntos: Um Convite à Participação!
 - 42 Calendário das Atividades Educativas Emergenciais
 - 43 Referências Bibliográficas
 - 44 Anexo
- 



Contextualização

O cenário de pandemia - Covid-19, associado a uma crise sanitária sem precedentes desde o século XX, culminou na orientação e implementação de uma série de medidas de confinamento social como forma de evitar uma catástrofe humanitária de alcance mundial. Até o momento, ainda não dispomos de uma vacina nem de remédios para o efetivo tratamento e cura dessa doença que tem atingido milhões de vida mundo afora. Então, desde meados do mês de março de 2020, instituições de ensino no mundo inteiro suspenderam suas atividades presenciais e remodelaram seus espaços e suas estratégias pedagógicas de promoção do ensino e da aprendizagem.

Como receituário para suspensão das atividades presenciais, foi prescrito pelos organismos internacionais o ensino remoto, atropelando as condições de vida de milhões de estudantes. Estes, mergulhados na pior crise sanitária e humanitária dos últimos tempos, principalmente, em países com grandes diferenças

sociais e altos índices de miséria, como o Brasil, vêm enfrentando dificuldades para a sua inclusão nos processos sugeridos pelos administradores públicos como sendo os que poderiam viabilizar processos educacionais, especialmente no âmbito escolar e acadêmico. Seguindo essa orientação, uma miríade de portarias e resoluções, a qual nos reportaremos brevemente, foi publicada por diferentes instituições, compreendendo documentos oriundos desde o Ministério de Educação (MEC) até aqueles internos às Instituições de Ensino Superior.

Em se tratando da Universidade Federal do Ceará (UFC), instituição à qual o presente plano diz respeito mais diretamente, tais documentos foram aprovados à revelia das condições da comunidade acadêmica e das reais condições de vida da maioria de seus integrantes, fazendo uma verdadeira “apologia” ao ensino remoto. A problemática em tela exige uma posição melhor contextualizada e debatida da comunidade universitária que vai além da preocupação com a

manutenção de um calendário acadêmico em um período de exceção como o que o mundo vive hoje. As condições de vida dos estudantes, dos docentes, técnico-administrativos e terceirizados, assim como a saúde física e mental de toda a comunidade acadêmica, não devem se reduzir a pequenezas, como, por exemplo, a de cronometrar tempos e ritos acadêmicos.

Nesse sentido, é preciso lembrar que, “em uma pandemia de tamanha letalidade, o objetivo fundamental de todas as políticas públicas não pode ser outro senão a garantia da vida e da saúde coletiva (física e mental)” (COLEMARX, 2020, p. 15). Esse quadro caótico trazido pela pandemia de Covid-19 diz respeito a um fato inédito na nossa história e que nos exige um diagnóstico rigoroso e contextualizado para um planejamento responsável, bem como dotado de compromisso ético e social em defesa da vida e da sociedade. Por essa razão, julgamos importante realizar uma breve retrospectiva da pandemia, desde o seu anúncio, em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde - OMS, até às ações anunciadas pelas instituições superiores da educação brasileira.

“*No cenário de pandemia, defendemos, que o papel da Universidade é de proteção social e de apoio à sociedade e à comunidade universitária, com a garantia de desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a problemática atual e a oferta de ações e atividades de apoio psicológico, socioeconômico e artístico-cultural.*”

”

Em decorrência dessa situação, no Brasil, em 20 de março de 2020, a presidência da república emitiu o decreto de nº 06, reconhecendo o “estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020, ao Congresso Nacional”. Nesse contexto, no período de março a maio de 2020, o MEC emitiu algumas portarias (343, 345 e 473 BRASIL/MEC 2020a, 2020b, 2020c) sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais não-presenciais (ou o denominado ensino remoto, no sentido de “a distância” como se dá com o uso do “controle remoto”) enquanto durar a situação de pandemia do Novo coronavírus. Por último, em 16 de junho de 2020, através da portaria n. 544, o MEC prorrogou, até o dia 31/12/2020, a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, revogando as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020 (BRASIL/MEC, 2020d).

A esse respeito, o Conselho Nacional de Educação - CNE também se pronunciou e, em 28 de abril de 2020, emitiu um parecer sobre a


reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual. Faz-se importante situar que, frente à declaração da pandemia pela OMS, o Conselho Departamental da Faculdade de Educação deliberou por unanimidade, em reunião extraordinária realizada em 16/03/2020, a suspensão imediata de todas as atividades presenciais, sejam elas acadêmicas ou administrativas, sem a realização de atividades remotas de caráter acadêmico, por tempo indeterminado e com avaliação da situação no dia 06/04/2020. Essa decisão foi tomada visando prevenir a transmissão do novo coronavírus (COVID-19) e com base na confirmação, pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, dos três primeiros casos de contaminação do vírus na cidade de Fortaleza.

Em 25 de março de 2020, esse mesmo Conselho aprovou a publicação de uma nota à Comunidade Acadêmica e à Sociedade Cearense em defesa da formação de professores com qualidade. Reforçou-se a convicção de que, diante de um cenário de crise sanitária e de saúde, não havia condições pedagógicas e estruturais para a realização de atividades remotas sem a qualidade (ver nota anexa) que essa formação exige.

Ademais, se as atividades não atingem o acesso universal, estaríamos diante de um processo antipedagógico, antidemocrático e excludente¹, o qual não condiz com o compromisso e a história dessa Unidade. Nessa perspectiva, defendemos, no cenário de pandemia, que o papel da Universidade é de proteção social e de apoio à sociedade e à comunidade universitária, com a garantia de desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a problemática atual e a oferta de ações e atividades de apoio psicológico, socioeconômico e artístico-cultural.

¹ No país, 33% dos domicílios estão desconectados, sem conexão inclusive no celular. Este índice é maior no Nordeste (43%), entre os domicílios com renda familiar de até 1 salário mínimo (53%) e de 1 até 2 salários mínimos (34%). Nos domicílios das classes D e E, a desconexão é de 59%. Entre os domicílios conectados no Brasil, 27% acessam a Internet pela conexão móvel via modem ou chip 3G e 4G. Entre as classes D e E, este índice é de 47%. De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), 55% das conexões móveis no Brasil operam na modalidade pré-paga, com limites baixos de tráfego de dados. E entre os conectados na modalidade pós-paga, sabe-se que boa parte dos usuários são clientes “controle”, que pagam uma taxa fixa mensal, mas têm um limite, em geral, bastante limitado de tráfego de dados. Disponível em: <https://www.cetic.br/tics/domicilios/2018/domicilios/A4/> e <https://direitosnarede.org.br/2020/03/30/pela-garantia-de-conexao-a-internet-no-momento-mais-critico-da-pandemia.html>





Posição sobre o ENSINO REMOTO e a importância dos encontros presenciais na dinâmica de ensino e aprendizagem e nas práticas de produção do conhecimento.

Não obstante a defesa do papel social da Universidade, princípio relevante não apenas para a comunidade da FAGED, nesse contexto de pandemia, em escala mundial, “as instituições educativas e os professores foram forçados a adotar práticas de ensino a distância, práticas de ensino remoto de emergência, muito diferentes das práticas de uma educação digital em rede de qualidade” (MOREIRA, HENRIQUES, BARROS, 2020, p. 351), com maior atenção ao cumprimento das burocracias institucionais do que mesmo na busca coletiva de respostas para o papel da educação diante da complexidade histórica vivida pela humanidade.

A avaliação do Conselho Departamental da FAGED, porém, indicou que não era possível a rápida e artificial migração das rotinas, princípios e práticas do ensino presencial para o ensino remoto, elencando, dentre outros motivos:

1

a imprescindível necessidade de realização de um diagnóstico a respeito da realidade da comunidade acadêmica, com o objetivo de subsidiar um planejamento coletivo comprometido com a qualidade da educação da pública;

2 a compreensão de que a existência *per si* de boas ferramentas didático pedagógicas, apresentadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), não garante a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista ser necessário que os professores e estudantes estejam preparados para desenvolver tais atividades e que as condições para o trabalho pedagógico existam, objetivamente, sem as quais, realizar ensino remoto configura-se em um equívoco pedagógico, com consequências incalculáveis no que concerne ao rebaixamento do ensino, desarticulado da pesquisa e da extensão;

3 o conhecimento a respeito da realidade dos estudantes marcada pela falta de condições de acesso à internet e aos equipamentos, como computador, notebook ou tablets, para a participação no ensino remoto, que se adotado sem essas condições, resultaria num processo antipedagógico, antidemocrático e excludente;

4 a necessidade de avaliar e considerar os problemas políticos, econômicos, estruturais, pedagógicos e psicológicos, que permeiam todo o debate e propostas acerca de uma possível retomada das aulas na universidade;

5 a importância da realização de um amplo debate sobre o acesso e o uso de sistemas de tecnologia da informação efetivamente livres e públicos, com servidores brasileiros;

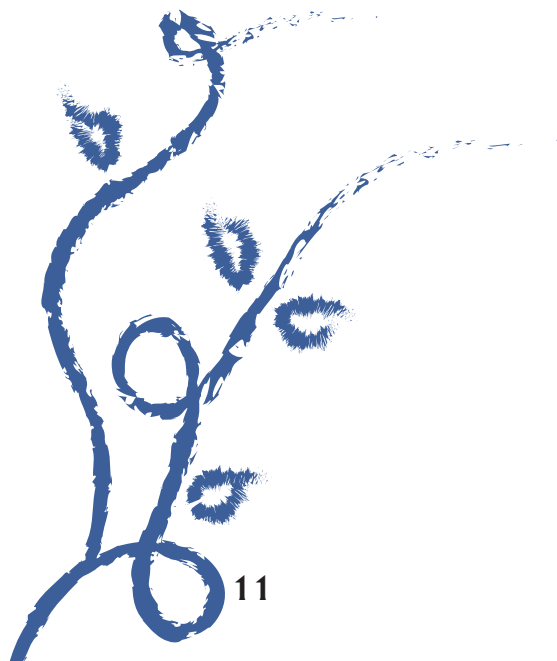
6 a premência de uma discussão rigorosa e científica sobre currículo, observando - em outras lógicas, tempos e espaços - a reorganização do conhecimento que traçamos em nosso Projeto Político-Pedagógico, como forma de alinhar importantes dimensões que constituem o trabalho pedagógico, notadamente, currículo, planejamento e avaliação;

7 a demanda pela resignificação do tempo e do espaço do ensino-aprendizagem, que garanta interação de qualidade com os estudantes, por meio das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) e do amplo aspecto da cultura digital que dispomos no país, uma vez que, a complexidade pedagógica, que também se faz presente na modalidade do Ensino a Distância (EAD), não pode ser reduzida a videoaulas, tendo em vista que rompe com o universo relacional imprescindível ao processo de ensino-aprendizagem.

Sobre esse último aspecto, sabe-se que - apesar de alardeado como método educativo rápido, fácil e acessível - o ensino remoto não contém os principais elementos que alicerçam um processo educativo: o da construção coletiva do conhecimento, da aprendizagem, da capacidade de compreensão do mundo, de um tema, de um objeto; quando a troca consistente que os encontros interpessoais promovem no contato com a integralidade dos sujeitos, que se conectam no mesmo espaço e tempo. Assim, não há pesquisador ou cientista que desconsidere que a pesquisa acadêmica, a ciência e o saber são frutos diretos de interações coletivas. Acrescentamos: esses espaços de interação coletiva, onde novos conhecimentos surgem, são os que possibilitam a vinculação interpessoal, o comprometimento social e político, o exercício da liberdade e da produção das subjetividades frente à diversidade sociocultural e econômica, que os espaços educacionais e de produção do conhecimento oferecem.

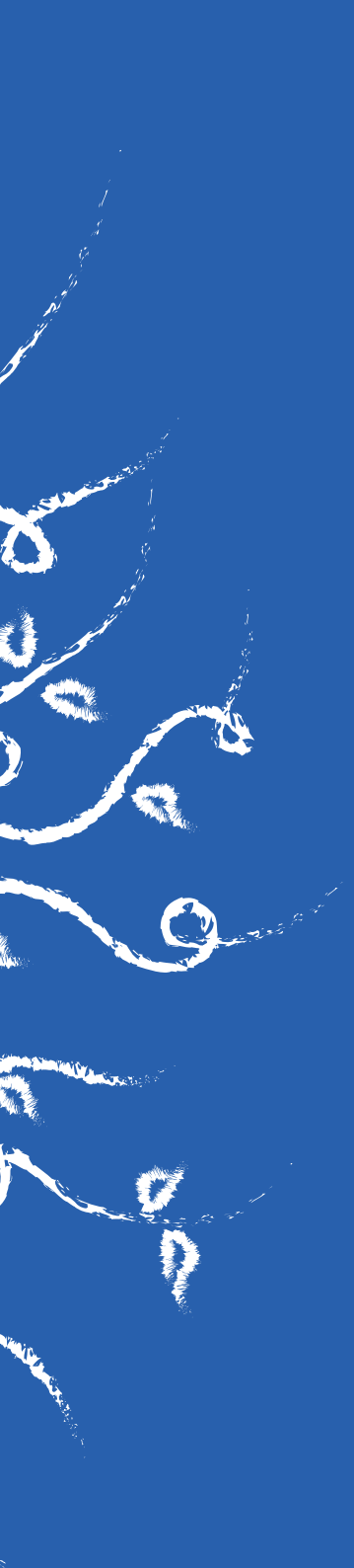
Quantas ideias de pesquisa não surgiram na sala de aula, nas atividades e trocas coletivas em diversos espaços comunitários e institucionais, em que a convivência e a interação direta proporcionaram? Ao fato, físico e interativo, de

“*Esses espaços de interação coletiva, onde novos conhecimentos surgem, são os que possibilitam a vinculação interpessoal, o comprometimento social e político, o exercício da liberdade e da produção das subjetividades frente à diversidade sociocultural e econômica, que os espaços educacionais e de produção do conhecimento oferecem.*”



termos interlocutores imediatos - que estão ali perguntando, questionando, divergindo, acolhendo, contribuindo com suas experiências, expressões e afetos - faz com que novas compreensões e formulações explicativas surjam e signifiquem, naquela hora, os fenômenos estudados. Os processos de abstração, de criação, de formulações das propostas e soluções, sejam conceituais e/ou pragmáticas, acontecem na interação profunda, contínua e sistematizada da troca social, intelectual e vivencial, que a experiência da convivência direta proporciona.

Mas, além do professor, os próprios alunos, entre si, constituem uma coletividade potencialmente fértil ao saber. Ao conversarem, os alunos vão se apropriando e internalizando a linguagem do conhecimento. Vão tateando, entre si, suas dúvidas. E, com isso, criando, autonomamente, grupos de interesse em estudar temas diversos. Somente assim se formam profissionais competentes e aptos a enfrentar a realidade social, se faz ciência, conhecimento, pesquisa e se articula um discurso forte e competente diante da vida. Ao ficarem isolados, sob a mediação apenas da tela, alunos e professores perdem os principais elos que propiciam o *time*, o coletivo, a viabilidade da vinculação e da confiança, que o



contato direto produz. Perdem, talvez, o que precisa ser feito naquela hora, o comentário que muda o rumo da aula e perdem, ao contrário do que se diz, o protagonismo dos próprios estudantes, que tantas vezes ajuda o professor a conduzir a aula com suas questões, dúvidas e entendimentos.

É importante destacar que ensino remoto e a modalidade de Educação a Distância (EAD) não são sinônimos, pois esta última

utiliza tecnologias digitais para criar uma experiência de aprendizagem do aluno similar à da sala de aula presencial (com alguns limites, como aulas práticas em laboratórios, por exemplo). Uma equipe multidisciplinar de profissionais planeja e executa ações pedagógicas que incluem aulas ao vivo pela internet, materiais de estudo adaptados às necessidades dos alunos, avaliação continuada, acompanhamento de tutores treinados. Ao ingressar, o aluno recebe um treinamento sobre como estudar à distância (RODRIGUES, 2020, p.1).

Os especialistas nessa modalidade de ensino não prescindem da discussão sobre a interação de qualidade entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Soares (2003) destacou Palloff e Prat (1999), norte-americanos que, em seus estudos, definiram o “coeficiente de comunicação existentes nas relações de comunicação que se produz em torno dos programas de ensino a distância”. Tal coeficiente identifica, entre outros aspectos, “como se articulam as relações a) entre os participantes dos cursos e as máquinas que operam; b) entre o facilitador e os estudantes; c) entre os próprios estudantes” (PALLOFF e PRAT, 1999 *apud* SOARES, 2003, p. 11).

Segundo Soares (2003), os pesquisadores supracitados identificaram, nos ambientes de EAD, uma “comunidade educativa virtual”, que se constitui seguindo a mesma dinâmica das comunidades presenciais: se formam, criam normas, entram em conflito, se desenvolvem

e se reestruturam, criando um senso de pertencimento e a emergência da “personalidade eletrônica” de cada participante. A permanência ou a evasão de alunos dos cursos ofertados na modalidade EAD está relacionada à construção desse aparato social no ambiente de ensino e aprendizagem. Continuando, o autor afirma que, para os estudantes que procuram a EAD, a necessidade de comunicação e de se sentirem conectados é maior do que o acesso aos conteúdos do curso ao qual estão vinculados.

No que se refere às instituições que ofertam o ensino nessa modalidade, o mesmo autor (SOARES, 2003, p. 13), enfatiza que o cuidado com a interação de qualidade é um dos diferenciais entre as propostas de EAD, que podem se constituir em projetos “de marketing educativo visando o lucro fácil e rápido” ou em um “efetivo ecossistema comunicativo, facilitador do processo de construção do conhecimento”.

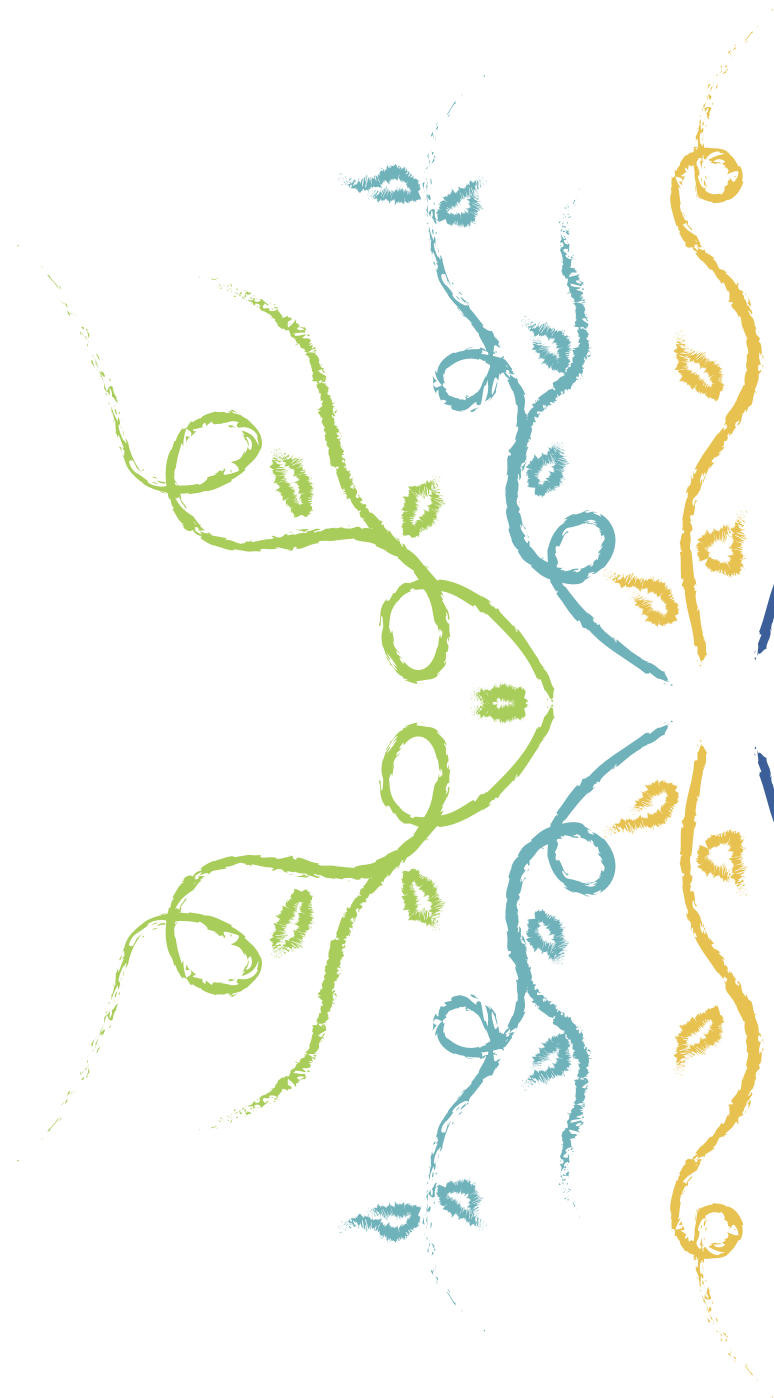
Ainda sobre esse tema, Giacometti-Rocha e Mill (2017, p 967), apoiados nos estudos de Meyrowitz (1985), afirmam que as “TDIC servem como ambientes de socialização” e que o “lugar” não é apenas um espaço físico, com delimitações específicas, é “um sistema de informações que permite aos sujeitos definirem

as situações sociais” (GIACOMETTI-Rocha, MILL, 2017, p. 968). Nesse compasso, o meio em que as informações são disponibilizadas exerce controle sobre o comportamento dos indivíduos e a informação é modificada conforme os ambientes sociais são criados. Portanto, as TDIC “permitem que um determinado modo de funcionamento das interações sociais seja estabelecido, proporcionando diversidade de ambientes” (GIACOMETTI-Rocha, MILL, 2017, p. 968), que se diferenciam das situações sociais concretizadas nos ambientes presenciais, o que exige de professores e alunos, habituados com as interações em sala de aula, outra dinâmica para as interações sociais, essenciais para o processo de ensino e aprendizagem. Na modalidade de ensino EAD, estudiosos, como Mill, Abreu-e-Lima, Lima e Tancredi (2008), destacam a importância do tutor para estabelecer essa interação de qualidade.

As Portarias do MEC 343, 345, 473 e 544, que regulamentaram e regulamenta, no caso dessa última, as atividades das instituições de ensino superior no país não mencionam a modalidade EAD e autoriza “em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por ativi-

dades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino” (BRASIL/MEC, 2020d).

Trata-se, pois, no citado documento, do chamado “ensino remoto”, implementado sem planejamento e formação docente prévios e sem a inclusão digital, entre a ausência de outros elementos essenciais para estabelecer processos de ensino aprendizagem significativos, que vão além da transposição direta e artificial do ensino presencial para a mediação das TDIC. Esse tipo de ensino, se comparado às bases do ensino presencial e do ensino na modalidade EAD, caracteriza-se como uma ritualística fria, ascética e empobrecida; desumaniza os processos de ensino e aprendizagem, reduzindo a memória à memorização, conduzem ao distanciamento e à ausência de identificações próprias dos encontros sociais; intensificam as possibilidades de legitimação de individualismos, passividades, artificialidade do ensino, sinalizando para o estímulo à existência de identidades narcísicas, autoritárias e reificadoras da desigualdade, assim como da lógica de domínio e das práticas opressoras. Patto (2013),



ao analisar o discurso oficial do estado de São Paulo para implementação da Educação a Distância nas três instituições de ensino superior estaduais, identificou os silêncios que o estruturam, pois esse discurso desconsidera a complexidade da relação pedagógica, questionando a necessidade de um professor e a sua relação com o aluno o que, segundo a autora, resultaria num processo educativo que utiliza as TDIC “para reforçar a competição, o individualismo, a indiferença pelo outro, o isolamento, o empobrecimento da experiência, ingredientes da prontidão para a violência. (PATTO, 2013, p. 312).

Mesmo em situação de calamidade, como a que se apresenta, a comunidade da FACED não vai seguir essa via do ensino remoto. Nossa opção foi por um planejamento coletivo, inclusivo, interdisciplinar, a partir de eixos temáticos, considerando a realidade histórica em que estamos vivendo, especialmente, as especificidades da FACED. Pautada nos princípios da qualidade da educação, da isonomia do acesso entre os estudantes e as condições de trabalho docente, a comunidade elaborou o Plano *Participar e incluir: por uma pedagogia colaborativa no contexto da pandemia - Atividades Educativas Emergenciais*.

Considerando-se, de um lado, a importância das interações de qualidade na dinâmica de ensino e aprendizagem e nas práticas de produção do conhecimento, mas sua impossibilidade de realização presencial nesse contexto, e, de outro, os limites do ensino remoto, esse plano buscou construir estratégias pedagógicas para potencializar as interações necessárias entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e na produção do conhecimento, visando ampliar a participação ativa e coletiva de todos/as nesses processos e, dessa forma, possibilitar uma educação emancipadora, mesmo em tempos de pandemia. Para tanto, vamos recorrer às TDIC, como meios para a construção de um “ecossistema comunicativo, facilitador do processo de construção do conhecimento” (SOARES, 2003, p. 13), buscando a inclusão de todos estudantes, e não uma mera preocupação formal com a finalização do semestre letivo 2020.1. Em oposição à expressão “ensino remoto” adotamos “atividades educativas emergenciais”.

Por que expressar as atividades educativas emergenciais como oposição ao ensino remoto? As atividades educativas emergenciais configuram possibilidades muito além da modalidade de ensino remoto? Os argumentos frente a essas indagações são apresentados a seguir.

“*Nossa opção foi por um planejamento coletivo, inclusivo, interdisciplinar, a partir de eixos temáticos, considerando a realidade histórica em que estamos vivendo, especialmente, as especificidades da FACED. Pautada nos princípios da qualidade da educação, da isonomia do acesso entre os estudantes e as condições de trabalho docente, a comunidade elaborou o Plano Participar e incluir: por uma pedagogia colaborativa no contexto da pandemia - Atividades Educativas Emergenciais.*”

Atividades Educativas Emergenciais

Diante do exposto até aqui, reafirmamos que vivemos um contexto de imprevisibilidade e não podemos implementar ações que provoquem ou aprofundem práticas de exclusão. Todo cuidado e cautela devem servir de base para o planejamento de nossos conteúdos e práticas programáticas.

Tonet (2014, p. 9), no livro *Educação, cidadania e emancipação humana*, institui o termo atividades educativas emancipadoras, para definir ações “que contribuem para que as pessoas tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico de que a humanidade dispõe”. Essas atividades, segundo o autor, devem ter algumas características particulares:

[...] conhecimento acerca do fim a ser atingido; apropriação do conhecimento acerca do processo histórico; conhecimento da natureza específica da educação; domínio dos conteúdos; articulação das atividades educativas com as lutas, tanto específicas como gerais, de todos os trabalhadores. (TONET, 2014, p. 1)

Para Tonet (2014), as atividades educativas emancipadoras é o que melhor podemos fazer no campo da educação, em uma sociedade regida pela lógica desumana do capital. Esse autor, nos oferece pistas acerca do que é possível realizar na Universidade pública, nesse grave quadro, intitulado por Antunes (2020) de “crise pandêmica”. Nessa reflexão, ele nos adverte sobre a clareza que precisamos ter dos nossos objetivos, tendo em vista que “o caráter de uma atividade é definido pela sua articulação com o objetivo a ser conquistado”, e continua afirmando que “somente a análise concreta do processo concreto poderá trazer à luz” (TONET, 2014, p.3).



Na esteira de Tonet, guardadas as devidas proporções do momento histórico que vivemos, compreendemos que é possível realizar as atividades educativas emergenciais, buscando apanhar as necessidades dos sujeitos que formam o corpo da nossa instituição, sem excluir ninguém. Nelas, estão agregados os princípios educativos que alicerçam os nossos projetos pedagógicos e a cultura facedeana, não prescindindo de sua qualidade e assumindo o trabalho inclusivo, coletivo, crítico, contextualizado e solidário assentado nas comunicações por meio digital.

Nossas atividades educativas emergenciais vislumbram o papel social das redes como aspecto fundamental para a garantia dos direitos humanos e sociais. Para nós, os meios digitais devem ser orientados pelo pluralismo do conhecimento científico e pela ética nas relações humanas, na perspectiva de salvaguardar a vida e promover a melhor condição social aos discentes. É basilar o princípio do direito à aprendizagem de forma igualitária, sem nenhum tipo de exclusão no processo de ensino-aprendizagem, tendo a Universidade como um espaço verdadeiramente público e acessível a todos.

Nesse sentido, objetivando superar os limites do ensino remoto, estamos propondo as atividades educativas emergenciais no contexto de pandemia, em regime especial e de caráter suplementar, que devem acontecer mediadas pelo compromisso com ensino público, gratuito e de qualidade e que assume como fundamento o conhecimento a serviço dos trabalhadores, das classes populares e da sociedade em geral. Importante destacar que os estudantes realizaram suas matrículas na modalidade presencial e muitos tiveram seus ingressos na Universidade pela política de cotas, o que aponta para as desigualdades presentes no sistema educacional brasileiro e a necessidade premente de se manter mecanismos de mitigação destas, em favor da população que vive a precariedade socioeconômica e cultural.

As propostas educativas emergenciais devem estar conectadas com as condições de vida dos estudantes, docentes e técnicos administrativos, apreendidas na pesquisa de caráter permanente realizada em nossa Unidade Acadêmica - UA. Nesse sentido, qualquer atividade proposta deve ter a clareza das condições, ora enfrentadas pela nossa comunidade. No que diz respeito aos estudantes, **a pesquisa revelou os seguintes elementos**, a saber:

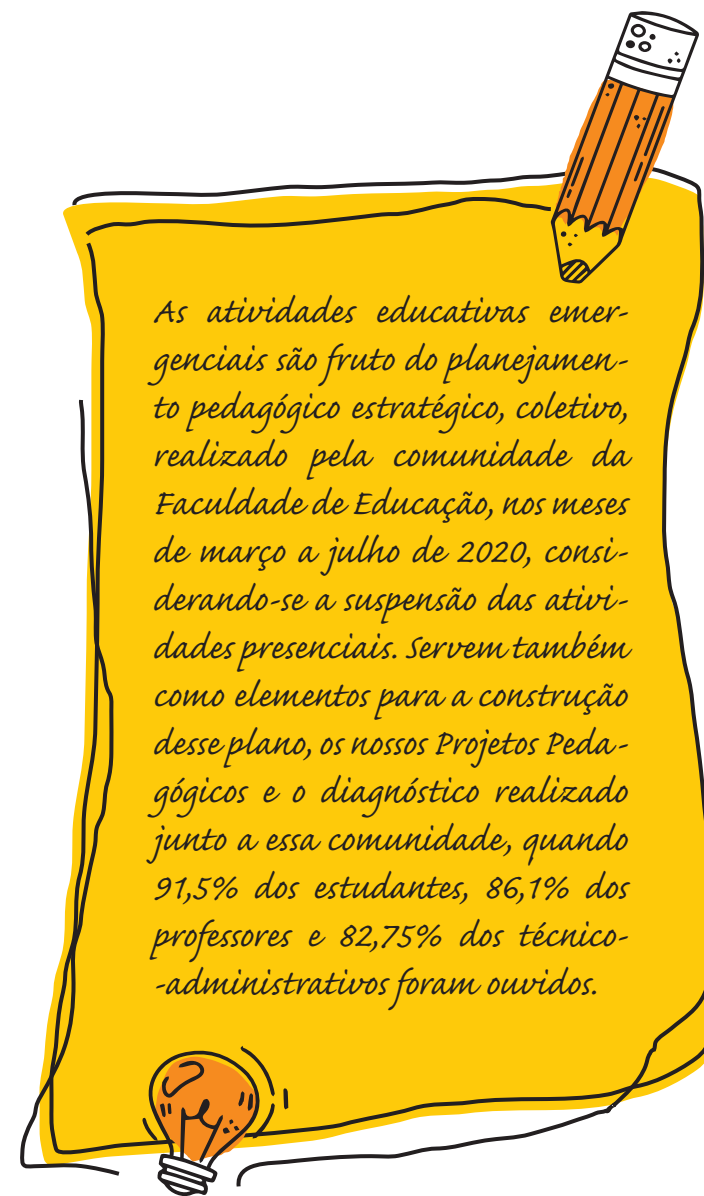


Frente a esse quadro revelado pela pesquisa junto aos estudantes, propomos as **atividades educativas emergenciais de caráter livre**, interdisciplinar, intersetorial, amplo e aberto à comunidade em geral, articuladas com as lutas sociais pelo direito à educação. As referidas atividades constituem-se, ainda, um amplo projeto de formação política e crítica assentada em fundamentos teórico-práticos, diante das situações vivenciadas pelos estudantes nos aspectos sociais, econômicos, emocionais e político-pedagógicos.

Para além dos contornos do Plano Pedagógico Emergencial (PPE) - unilateral, antidemocrático e orientado pela “burocracia universitária” - que aponta a adesão imediata ao ensino remoto e o acesso irrefletido a este como “a alternativa” de continuidade de atuação da Universidade nessa pandemia, chamamos atenção para, o fato de que o acesso dos alunos à internet não é o único problema para a realização das atividades acadêmicas nessa conjuntura. Há de se considerar também toda a estrutura imposta à sociedade nesses tempos de “capital pandêmico”, uma imbricação simultânea e trágica na atualidade do “sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do Corona vírus” (ANTUNES, 2020, p. 229).

Essa pandemia, como nos alerta Harvey (2020), “exibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça”. Não por obra do acaso, nas periferias, essa tragédia assume proporções assustadoras, “com uma massa de trabalhadores e trabalhadoras sem condições mínimas de sobrevivência, tangenciando ou vivenciando uma fome profunda e sendo enterada, aos milhares, nos cemitérios” (ANTUNES, 2020, p. 229)

Qualquer proposta pedagógica que desconsidere essa tragédia, assume um caráter necrótico, tamanho o desrespeito à vida da comunidade educacional e da própria sociedade. Não podemos fechar os olhos para o número de mortos e para triste realidade da Covid-19 no nosso estado, que até o início do mês de agosto, acumulou a triste marca de 176.961 casos, com 7.752 óbitos e a maior taxa de letalidade no Nordeste por 100 mil habitantes (84,9). Na FACED dos alunos que responderam ao questionário, 10% tiveram perdas familiares, o que equivale a 73 vidas perdidas de parentes de estudantes da Faced. Temos o dever ético de não tornar isso pior! Nossa proposta é ampla, democrática e em defesa da vida.



Princípios - Atividades Educativas Emergenciais

Sabe-se que toda ação pedagógica tem, em seu alicerce, princípios ético-políticos e epistemológicos que orientam as estruturas e proposições educacionais. Com base nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia, entende-se a importância, neste contexto emergencial, de atividades que possibilitem uma intervenção capaz de:

- a) Defender e favorecer a educação pública, gratuita e de qualidade, vinculando os serviços e processos formativos universitários aos atendimentos da sociedade;
- b) Ser solidária e comunitária, visando o bem comum, a preservação da vida, a segurança do trabalho e a inclusão de todos/as no processo;
- c) Ser dialógica, assentando-se na horizontalidade das relações entre servidores professores, servidores técnicos e corpo estudantil e realizando processos participativos de aprendizagem, em compromisso com todos - dentro e fora da universidade;
- d) Ser crítica e criativa, para dar conta da complexidade do contexto social que vivemos, em atuação no território;
- e) Ter a interdisciplinaridade como eixo orientador das estratégias pedagógicas e do horizonte a ser perseguido para atingir a excelência na produção do conhecimento;
- f) Considerar as diferenças para construir as condições de acesso e participação;
- g) Colocar a vida como centro do saber e do fazer, questionando o antropocentrismo e o eurocentrismo no modo de produzir conhecimento¹;
- h) Adotar a flexibilização do modo e locais de acesso ao conhecimento, das formas de sistematização e dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, inclusive em relação às frequências dos alunos;
- i) Priorizar a aprendizagem dos estudantes e uma batalha diária para que eles não evadam;
- j) Considerar a heterogeneidade como princípio de avaliação, bem como os diferentes ritmos de aprendizagem no planejamento do ensino e, por isso mesmo, diversos instrumentos.

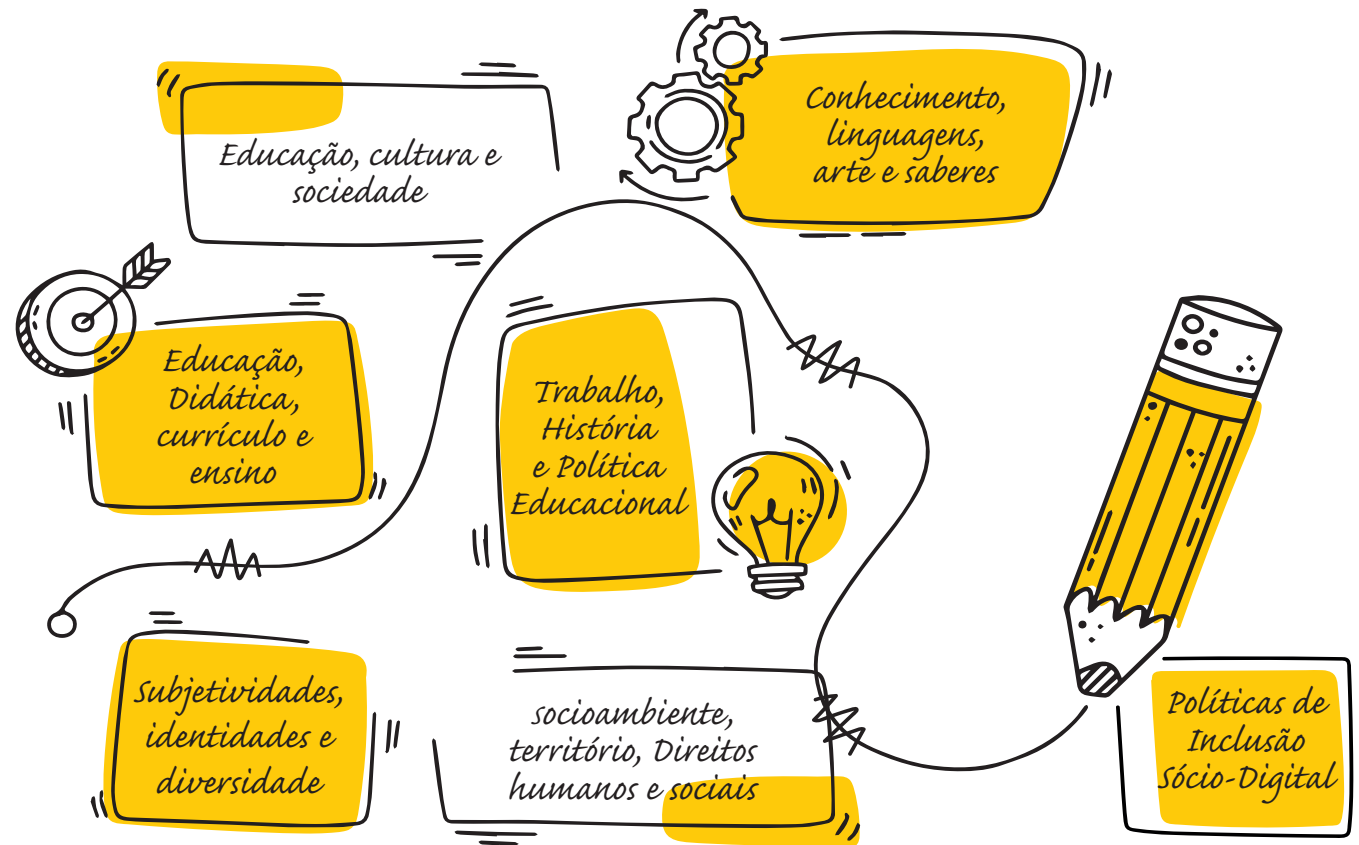
Esta heterogeneidade nos permitirá a diversificação de espaços, métodos e tempos de ensino. Entende-se que os estudantes não podem ser excluídos pela adoção de ensino simultâneo. Além desta necessidade advir do momento emergencial que estamos vivendo, entende-se, ainda, que não podem ser considerados apenas reprodutores de uma cultura, sendo, portanto, criadores de sentidos e inventores de práticas educativas, respeitando-se as capacidades individuais, as necessidades coletivas e a importância de diferenciações de metodologias, fontes de conhecimento, instrumentos de avaliação. (PORTO, DIAS, 2013).

¹ Este princípio tem bases epistemológicas construídas por pensadores latino americanos tais como Orlando Fals Borda (2002), que junto de comunidades tradicionais e povos originários desenvolveu as bases do biocentrismo; visão que Boaventura de Souza Santos (2009) se vale para propor as epistemologias do sul como forma de enfrentamento da colonização do pensamento, das formas jurídicas de domínio e estruturas de poder centradas no modelo ocidental de produção técnica/tecnológica, científica e informacional. O princípio biocêntrico é, também, considerado na construção do modelo teórico apresentado por Rolando Toro (1991), cujas contribuições teóricas e metodológicas balizou o que, hoje, se denomina Educação Biocêntrica.

Conteúdos e Estratégias - Atividades Educativas Emancipadoras

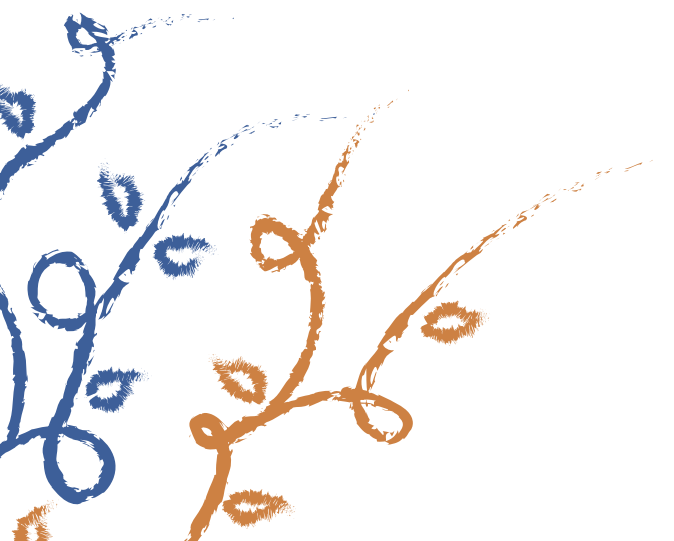
Os componentes curriculares ofertados no semestre letivo 2020.1 ganharão vida e se libertarão do seu formato disciplinar, considerando as possibilidades e exequibilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão no contexto da pandemia, considerando-se, sob vários aspectos e abordagens, um mesmo objeto de estudo. Tais componentes serão relacionados em eixos temáticos, como caminho para a superação da fragmentação do saber, concebendo as estruturações de comunidades de aprendizagem - pessoas que aprendem participando (Brandão, 2005).

Estas atividades e ações serão organizadas em Núcleos Integradores que se formarão a partir de Eixos Temáticos, sempre em articulação com as demandas da formação docente, na sua relação com o trabalho, a sociedade e a educação, no contexto escancarado pela crise pandêmica:



Desenho ilustrativo dos Eixos temáticos, que estão dispostos dentro de retângulos, em destaque em amarelo, assim dispostos. 1. Educação cultura e sociedade; 2. Conhecimentos, linguagens, artes e saberes; 3. Educação, Didática, Currículo e Ensino; 4. Trabalho, História e Política Educacional; 5. Subjetividades, identidade e diversidade; 6. Socioambiente, território, Direitos humanos e sociais; 7. Políticas de Inclusão Sociodigital. Circulando aereamente temos um traço de uma linha feito por um lápis, que passa entre os Eixos Temáticos, interligando, sendo que, no Eixo 2, há o desenho de uma engrenagem, no eixo 3, um um alvo de dados, no eixo 4, uma lâmpada acesa.

“ Há que se respeitar as diferentes formas de acesso e participação, incluindo as demandas/exigências acadêmicas e institucionais de forma a garantir o caráter dialógico dos espaços na articulação de conteúdos e ações, conjugando produções técnicas, tecnológicas, estéticas e científicas. ”



Pretende-se que tal instância integradora se configure como mediadora e articuladora de possíveis aproximações epistemológicas, sociais e intersubjetivas no âmbito da FACED e da UFC, abrindo espaços para trocas e produções interdisciplinares, através de relações educativas imanentes ao processo participativo. O diálogo interdepartamental, representado pelos agentes da comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos, gestores e terceirizados) permitirá a dinamização e o cumprimento das ações pedagógicas e institucionais concebidas pelas linhas e áreas de estudos e seus respectivos campos de atuação e saberes; assim como no que tange às questões burocráticas, políticas, técnicas e infra estruturais necessárias para se coordenar os trabalhos junto aos trabalhadores da educação e outras áreas da produção social. Vale ressaltar que os campos de atuação existentes deverão ser contemplados nas atividades propostas, devidamente representados pelos grupos sociais (urbanos, rurais, tradicionais e originários), as redes de ensino pública e privada, a gestão pública em seus entes federativos, organizações civis de caráter não governamental, socioeducativo, entre outros.

As equipes formadas por docentes e discentes da graduação e pós graduação, PARFOR

e EaD terão a missão de gerar produções fundamentadas teórica e metodologicamente em saberes clássicos, contemporâneos e/ou populares, a fim de caracterizar o engajamento próprio do conhecimento comprometido com a realidade social (Freire, 1992). Há que se respeitar as diferentes formas de acesso e participação, incluindo as demandas/exigências acadêmicas e institucionais de forma a garantir o caráter dialógico dos espaços na articulação de conteúdos e ações, conjugando produções técnicas, tecnológicas, estéticas e científicas.

Estas produções poderão facilitar a troca entre as pesquisas e projetos de extensão em andamento, assim como as práticas de estágio. Cada coletivo participante poderá definir/escolher um ou mais eixos temáticos a contribuir, seja através da cocriação didática (DUTRA, 2006), bem como dos processos de mediação pedagógica (SOARES et al.2016), com a participação de docentes e/ou discentes das linhas de pesquisa e dos projetos extensionistas ou de estágios, combinando e articulando as frentes que julgarem possíveis e viáveis para sua atuação. Desta feita, serão respeitadas as possibilidades e limitações individuais e coletivas na relação estabelecida entre os grupos participantes.

Os núcleos integradores contarão com a participação de técnicos administrativos que se identifiquem com a proposta e se disponham a auxiliar na organização/orientação da operacionalização técnica, formal e institucional das atividades, auxiliando na busca infra estrutural para a dinâmica de trabalho, na construção de acervo digital e documentação das produções, a fim de zelar pelo bom andamento das atividades e pela memória das experiências construídas nesse processo.

As ações deflagradas nesse movimento coletivo e participativo de ensino e aprendizagem exigirão a elaboração inicial de acordos de convivência entre os participantes, cujas regras iminentes ao processo contemplará os prazos (curto, médio e longo), as responsabilidades, implicações e viabilidade das ações projetadas pelas equipes de trabalho. Para tanto, serão consideradas as dimensões individuais, grupais, institucionais e societárias na análise, prospecção e execução das mesmas.

Considerando que a pesquisa inicial desenvolvida na e pela comunidade da FACED evidenciou situações importantes a serem consideradas na prática acadêmica, tais núcleos poderão eleger frentes de aprofundamento e/

ou aprimoramento das informações coletadas, oferecendo uma leitura aprofundada dos fenômenos vislumbrados, contribuindo para a avaliação e construção do Plano *Participar e Incluir: por uma pedagogia colaborativa no contexto da pandemia - Atividades Educativas Emergenciais*.


Vale ressaltar que o engajamento estudantil e docente em busca de igualdade de direitos educacionais deve ser ponto fundamental a se pautar nas práticas e atividades, tendo em vista a reflexão conjunta dos meios e possibilidades de ampliação da abrangência destas ao maior número possível de estudantes e professores, assim como de trabalhadores da educação e comunidades que desejem/reivindiquem assento nesse espaço de troca e produção. Nesse sentido, considera-se possível a ampliação e intensificação da produção de conhecimento sobre a realidade da própria comunidade acadêmica, sua capilaridade e sua condição de autoavaliação e autocrítica - já deflagrada por esta pesquisa.

Há, portanto, que se considerar o tripé ensino-pesquisa-extensão, tão caro ao ambiente universitário, como alicerce necessário às produções supramencionadas, intensificando o diálogo e as possibilidades de aprofundamento dos conhecimentos; assegurando condições

básicas e necessárias à busca de soluções para as dificuldades desse cenário explicitado pela emergência da pandemia. Assim como, há que se atentar aos processos de comunicação em diversas linguagens e modalidades, considerando a acessibilidade às informações e modos de participar, de maneira a garantir a difusão adequada e capaz de favorecer as diferentes formas de aprender/ensinar, tanto quanto de ofertar às instâncias decisórias da unidade acadêmica as condições suficientes para se gerar reflexões e ações democráticas.



AS EXPERIÊNCIAS INICIAIS PODERÃO SE PAUTAR EM DIVERSOS FORMATOS, TAIS COMO:

- 
- a) Atividades virtuais de Pesquisa e Ensino
 - b) Atividades virtuais de Extensão e Ensino
 - c) Web Seminários e Web Conferências Temáticas
 - d) Formação de professores da rede básica
 - e) Cursos livres e Oficinas Temáticas
 - f) Fóruns de diálogos e encontros comunitários
 - g) Atividades de acompanhamento e orientações aos estudantes

Para trabalharmos em consonância com os princípios da nossa proposta, defendemos as atividades educativas emergenciais articuladas com a defesa intransigente da vida de todos, considerando as diferentes individualidades e os seus processos particulares de apropriação do conhecimento na dialética relação ensino e aprendizagem. Estas atividades almejam romper com a perspectiva disciplinar, reprodutivista e instrucionista, capturando os conteúdos vivos, como assevera Saviani (2003, 2008, 2016), que gritam para se articular em uma ampla rede conhecimentos, mediado por diferentes sujeitos e acessados através da interfaces digitais interativas (Yong, 2014) nas suas **múltiplas possibilidades**, como:

- ➔ **Pequenos vídeos** de acesso fácil, que exijam pouca conectividade para carregar os dados;
- ➔ **Textos digitais** acessíveis com atividades de estudos dirigidos;
- ➔ **Atividades didático-pedagógicas** com os recursos educacionais abertos (REA¹) (PRETTO, 2012);
- ➔ **Webseminários/oficinas virtuais** organizados pelos discentes e docentes;
- ➔ **Palestras, lives** didático-pedagógicas, webseminários e cursos virtuais de extensão, que dialoguem com o conteúdo proposto pelos componentes curriculares do semestre em curso;
- ➔ **Visitas virtuais** guiadas a museus, bibliotecas, monumentos históricos e laboratórios
- ➔ **Atividades**, em comum acordo com os discentes, de participação em eventos virtuais de natureza acadêmica, técnico-político e social, promovidos por outras Instituições de Ensino Superior (IES) e entidades vinculadas aos movimentos sociais ou culturais; (como exigência formal dessa participação, os estudantes podem elaborar relatos dessas experiências na forma de uma produção textual (resumo, resumo expandido, dentre outros), sempre articulado com os conhecimentos/referenciais teóricos próprios da área de estudo.

¹ Os REA são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer suporte ou mídia que estão sob domínio público ou são licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam acessados, utilizados, adaptados e redistribuídos por terceiros. O uso de formatos técnicos abertos facilita o acesso e reuso potencial dos recursos. Os REA podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, guias para estudantes, anotações, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, instrumentos de avaliação, recursos interativos como simulações e jogos de interpretação, bancos de dados, software, aplicativos (incluindo versões para dispositivos móveis) e qualquer outro recurso educacional de utilidade. O movimento REA não é sinônimo de aprendizado on-line, EaD ou educação por meio de dispositivos móveis. Muitos REA – mesmo que possam ser compartilhados por meio de formatos digitais – também podem ser impressos. UNESCO/COL (2011).

Para a implementação e o desenvolvimento das atividades educativas emergenciais elencadas, ressalta-se a importância de se possibilitar a participação dos estudantes público alvo da educação especial, o que implica o cuidado com a acessibilidade, contemplando as diferentes formas de se apropriar do conhecimento por meio de recursos acessíveis. A FACED considera de suma importância o desenvolvimento de políticas institucionais que viabilizem essa acessibilidade.

Nesse sentido, o acompanhamento dessas atividades pela professora Adriana Leite Lima-verde Gomes, Agente de Acessibilidade da Faculdade de Educação, auxiliará na identificação das necessidades e garantia de inclusão de todos nas atividades programadas ao longo do semestre.

Nas ações de acessibilidade da FACED, contamos com o Grupo de Pesquisas Pró-Inclusão, coordenado pelas professoras Francisca Geny Lustosa e Claudiana Maria Nogueira Melo, que desenvolve Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto aos alunos da FACED .

Por fim, considerando-se os estudos de Borges Neto e Rodrigues (2009), a escolha dos ambientes virtuais de ensino (AVE)², a serem utilizadas nas atividades educativas emergenciais, deve ser prioritariamente guiada pelo cuidado de não abraçar pacotes de conteúdos fornecidos pela iniciativa privada, orientados por princípios de inclusão digital, a partir de perspectiva sistêmica. Isso se justifica porque o compromisso com uma educação em rede aberta (GOMES, 2004; TORRES, BORGES NETO, 2018), democrática, acessível e de qualidade não faz parte das ofertas, “ditas educacionais”, realizadas pelo mercado capitalista, que trata a educação como um produto de consumo e que tem classes sociais definidas. Nesse sentido, a opção deve ser sempre por plataformas virtuais livres, softwares educativos gratuitos³, repositórios digitais⁴ de domínio público e/ou desenvolvidos por instituições universitárias públicas, como é o caso da UFC.

² Soares (2017) apresenta uma diferenciação entre ambientes virtuais de ensino (AVE) e ambiente virtual de aprendizagem (AVA). A autora reforçar a utilização do AVE, para demarcar a presença virtual do docente na condição de mediador no processo de interação com os sujeitos. No AVA, o discente realiza atividades virtuais, por vez, sem a mediação do professor, ressaltando a compreensão do “aprender sozinho”.

³ Exemplo de software livre Luz do Saber (para adultos e crianças), utilizado na rede pública cearense ver NASCIMENTO, 2009.

⁴ Para saber mais sobre o uso de softwares na educação ver DANTAS, 2010

Essa proposição deve ser vista ainda como uma preocupação que visa a impedir a exposição de dados, informações e imagens de docentes e discentes, evitando qualquer forma de controle sobre o trabalho pedagógico dos educadores durante a pandemia. Além disso, visa a evitar a oferta indiscriminada de produtos mercadológicos aos docentes e discentes, via ação de *cookies*, que são arquivos de internet, cuja função é armazenar temporariamente o que as pessoas estão visualizando na rede. Contudo, quando a situação de comunicação com os estudantes estiver sob ameaça de não se efetivar devido a tais precauções, os docentes podem buscar as alternativas que considerarem mais viáveis para cumprir tal finalidade, ainda que esses riscos possam ser levados em consideração, bem como os cuidados necessários para evitá-los, os quais devem ser observados atenta e constantemente.



Avaliação - Atividades Educativas Emergenciais

A avaliação da aprendizagem é, sem dúvidas, o elemento mais desafiador em relação ao planejamento do ensino. Na prática avaliativa incorporamos nossos princípios e crenças sobre a educação, aprendizagem e ensino, e muitas vezes, o modo como avaliamos é incoerente aos princípios didáticos estruturantes e das metodologias desenvolvidas em sala de aula. Avaliar, segundo Cipriano Luckesi (2009), indica um processo de diagnóstico da aprendizagem, que implica, como processo, nos encaminhamentos necessários a um resultado mais satisfatório em relação a esta aprendizagem. Ou seja, avaliamos para tomar decisões, para tomar as melhores decisões. Muitas vezes, os instrumentos, necessários ao diagnóstico sobre a aprendizagem, são confundidos com o processo integralmente. Entendemos sua importância como elemento do processo, essencial para a coleta de dados sobre a aprendizagem,

apontando diferentes possibilidades de investigação sobre o processo de ensino e sobre as manifestações dos conhecimentos dos aprendizes. Segundo Esteban (1999, p. 15) a avaliação tem-se constituído num processo gerador de práticas que dificultam a expressão dos múltiplos saberes, negando a diversidade e contribuindo para o silenciamento de alunos e alunas – e por que não, de professores e professoras – portadores de conhecimentos e atuações que não se enquadram nos limites predeterminados: a semelhança e o acerto. As vozes dissonantes são avaliadas negativamente, não havendo espaço, no cotidiano escolar, para sua expressão, reconhecimento, indagação e fortalecimento.

A avaliação da aprendizagem, nesta perspectiva excludente, silencia as pessoas, suas culturas e seus processos de construção de conhecimento; desvalorizando saberes, fortalecendo a hierarquia que está posta, contribuindo para que

diversos saberes sejam apagados/invisibilizados, percam sua existência e se confirmem como a ausência de conhecimento. A classificação das respostas em acertos e erros, ou satisfatórias e insatisfatórias, ou outras expressões do gênero, se fundamenta nessa concepção de que saber e não-saber são mutuamente excludentes e na perspectiva de substituição da heterogeneidade real por uma homogeneidade idealizada. (ESTEBAN, 1999, p. 15) Esses elementos mostram que o ato de avaliar perdeu sua essência: ato subsidiário da construção de resultados positivos; meio auxiliar do crescimento do aluno que deve levar a uma tomada de decisão (Luckesi, 1990). Há ainda duas consequências da avaliação autoritária: 1) alunos e professores tornam-se inimigos potenciais (o professor quer “pegar” o aluno nas provas, vangloria-se do número de alunos que reprova; o aluno “vinga-se” do professor colando); 2) avaliação é unilateral, só o aluno é avaliado.

Para que a avaliação deixe de ser um mecanismo de exclusão e de produção do fracasso dos processos de ensino e de aprendizagem, e passe a se comprometer com a inclusão é preciso ressignificá-la. Para tanto, há que se considerar alguns aspectos como: Compreendê-la como parte de uma proposta pedagógica, não desconectada do resto do processo de ensino-aprendizagem. Mudanças significativas só ocorrem quando se repensa a postura pedagógica como um todo. Mudar a avaliação isoladamente não leva a uma mudança na concepção sobre ela.

Entendemos a avaliação como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e não uma etapa isolada. Libâneo (1992, p. 200) nos aponta para a necessidade de torná-la um meio de crescimento do aluno. São incompatíveis com esse crescimento tanto o professor “durão” quanto o “bonzinho”. Deste modo, sabemos que ajudar o crescimento do aluno é conhecer suas dificuldades e contribuir para superá-las. Este mesmo autor nos ensina a torná-la contínua e diagnóstica, implicando em ações que levam a uma tomada de decisões, ao redirecionamento da prática, à reflexão do fazer pedagógico, para a busca de resultados satisfatórios.

“ Para que a avaliação deixe de ser um mecanismo de exclusão e de produção do fracasso dos processos de formação humana, comprometendo-se com a inclusão, é preciso ressignificá-la. Para tanto, há que se compreendê-la como parte de uma proposta pedagógica, não desconectada da totalidade do processo de ensino-aprendizagem. ”

Tomando a perspectiva conjunta e interdisciplinar, os professores poderão trabalhar em conjunto por blocos de disciplinas, correlacionando-as em um plano coletivo. Cada professor mantém seus conteúdos e seus contatos individuais com os estudantes a fim de subsidiá-los teórico-metodologicamente, mantendo a autonomia e a identidade da formação no seu campo de conhecimento, auxiliando os estudantes, sempre que solicitado, em relação ao trabalho geral; contando com monitores e/ou tutores que participem e auxiliem nesse processo de orientação.

Os professores poderão preparar roteiros e orientações de leitura para os estudantes - se possível com sínteses intencionais do que foi planejado para o semestre - propondo um olhar aos estudantes na direção dos conteúdos fundamentais do componente curricular em diálogo, nos eixos temáticos. Estes materiais poderão se dar de forma escrita ou por áudio ou por vídeos curtos de, no máximo, 5 minutos, dentre outras possibilidades que as propostas coletivas e individuais puderem construir e ofertar. Cada docente pode sugerir aos estudantes a realização de pequenos vídeos, áudios ou textos que comuniquem suas produções intelectuais (criativas), como poemas,

letras de músicas, etc. para acessar e aferir as aprendizagens esperadas.

As equipes poderão entrar em acordo sobre os resultados das atividades pedagógicas a partir de produções de um trabalho final, em um gênero acadêmico específico, como elemento CONVERGENTE de avaliação geral das aprendizagens por eixo temático. Será interessante explicitar e compreender os métodos e processos avaliativos considerando a apreensão e elaboração dos conteúdos e vivências trabalhadas, assim como as implicações pessoais, grupais e sociais desse aprendizado para os participantes das equipes, considerando tanto os discentes quanto os docentes e outros agentes do coletivo em questão.

Destacamos a amplitude do processo de ensino e de aprendizagem, assumindo que os instrumentos de avaliação precisam ser mais globais, e abranger todas as variáveis deste processo, de forma totalizante, para bem diagnosticá-lo e fundamentar o planejamento futuro. Por fim, compreendemos que a mudança na prática avaliativa do ensino indica a modificação da relação professor-estudante.

Na prática educativa dominante historicamente, dita tradicional, os sujeitos deste

processo baseiam-se em relações mais distanciadas, em que até aparentam ser inimigos ou não terem o mesmo objetivo, qual seja: o sucesso do processo, que é a aprendizagem dos estudantes. Eles estão ensimesmados, e é comum percebermos que há uma idealização sobre quem é o aluno, a aluna e como devem manifestar sua aprendizagem.

Numa avaliação diagnóstica, inclusiva e radical, tendo como meta e sentido de ação discente e docente a aprendizagem e a democratização dos conhecimentos, eles terão outra base relacional, serão mais aliados, onde o processo de aplicação de instrumentos e coleta das informações necessárias ao planejamento, não indicará inimizade, mas sim acolhimento, e acolhimento do aluno de modo mais concreto, contextual e dinâmico. Ou seja, educador e educando são aliados num processo comum de crescimento. Como ressalta Luckesi (2009), incluir significa convidar o outro para juntos irem em busca de uma solução ou de um resultado que seja satisfatório. Para incluir em educação, compreendemos que o educador deve ir até onde o educando está, auxiliá-lo em suas dificuldades a fim de, então, caminhar com ele rumo a uma solução possível.

Não basta julgá-lo de fora; importa, com ele, descobrir a defasagem e encontrar a solução. (LUCKESI, 2009, p. 199) Desta maneira, para uma avaliação inclusiva, assumimos a defesa de Luckesi (2009): na sala de aula o objetivo é que todos aprendam e se desenvolvam, que nenhum aluno deve ficar de fora deste processo. Deste modo, por si, é um ato amoroso, caracterizando processos com ações menos estagnadas e mais dinâmicas, mais inclusivas e acolhedoras, características da avaliação formativa, progressista. Há alguns elementos importantes na caracterização desta forma de conceber e praticar o ensino, destacando-se: a) a avaliação é um processo que indica investigação de resultados, b) para a investigação, é importante o combate à cultura de segregação e a validação da manifestação de práticas mais dinâmicas e reflexivas e c) tomar o erro como virtude, como diagnóstico, como foco das finalidades do processo e de tudo que o fundamenta na aprendizagem e não nas notas. As notas, deste modo, são o resultado do que coletamos nos instrumentos para o diagnóstico e podem ter a participação do próprio avaliando na mensuração de sua performance e desempenho.



Componentes Curriculares Ofertados no Semestre 2020.1

As disciplinas ofertadas no semestre 2020.1 serão mantidas no SIGAA de acordo com a oferta original, respeitadas o redimensionamento originado do planejamento coletivo e das intercorrências geradas pela pandemia. Originalmente, o semestre 2020.1 tem 153 turmas de componentes ofertados aos cursos de pedagogia diurno e noturno e demais licenciaturas.

A retomada das atividades letivas da FACED obedecerá a um calendário interno da Unidade, com início no dia 03 de agosto de 2020 e término no dia 09 de novembro de 2020, com uma semana para o fechamento e avaliação das atividades, no período de 10 a 16 de novembro.

Ao assumir os princípios de inclusão e isonomia dos processos de ensino e aprendizagem,

acorda-se que a consolidação das turmas (notas e frequência) ocorrerá na perspectiva de que todos/as os/as estudantes matriculados/as tenham tido oportunidade de sua realização, incluindo a avaliação e atribuição da nota final. Desse modo, o semestre e os componentes curriculares deverão ser finalizados sem que nenhum estudante fique para trás.

Nossa proposta visa contemplar todos os estudantes matriculados no semestre 2020.1, com a aprovação de todos (as). Aqueles que tiverem com dificuldades em acompanhar as atividades educativas emergenciais, serão atendidos através de planos individualizados. E as frequências nas atividades virtuais constarão para auxiliar o diagnóstico da acessibilidade e não para indicar reprovação por falta.

Trancamento e Supressão de Disciplinas

De acordo com o PPE/PROGRAD, e sob a alegativa de não causar prejuízos aos estudantes na pandemia, “está garantido a estudantes que não tenham condições de acompanhar as atividades letivas a possibilidade de supressão de disciplinas do semestre letivo 2020.1, sem prejuízo ao Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) ou ao tempo de conclusão do curso”. Afirma ainda que a supressão será realizada em “um prazo bem extenso, até 22 de outubro, justamente para evitar que os estudantes tomem essa decisão de maneira precipitada”.

Esta proposta, caminha na direção contrária. As atividades educativas emergenciais buscam evitar qualquer tipo de trancamento, inclusive aqueles apontados pela pesquisa realizada pela FACED no mês de junho de 2020, quando os estudantes indicaram suas intenções em relação ao trancamento, caso o semestre fosse retomado de forma não presencial; posto que, entendemos a suposta flexibilidade do PPE, com um calendário estendido de supressão de disci-

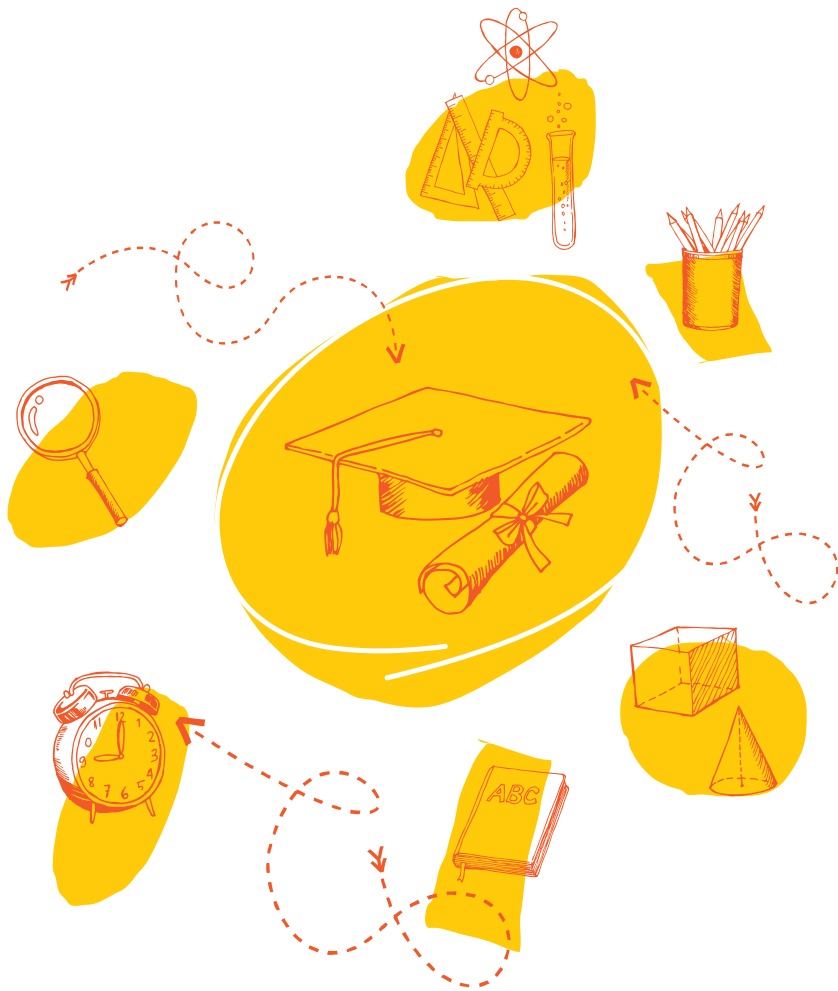
plinas, se constitui em mecanismo de validação da evasão escolar e naturalização da exclusão social. Desse modo, as Coordenações dos Cursos de Pedagogia informaram aos estudantes sobre os procedimentos de supressão, considerando as seguintes proposições:

- ➔ A realização de planejamento coletivo da FACED para o semestre 2020.1 nesse contexto de pandemia;
- ➔ Não estamos em um período de normalidade e, enquanto Universidade Pública que atravessa uma pandemia em meio a uma crise sanitária e humanitária, reafirmamos nosso compromisso ético com a garantia da vida e da saúde coletiva de todos(as);
- ➔ A realização de qualquer atividade deve ser assentada no levantamento da rigorosa pesquisa realizada na nossa Unidade Acadêmica (UA);

➔ Diante do Plano Pedagógico Emergencial da UFC e suas imposições, cabe destacar o ajuste de turmas, uma nova fase de matrícula irrestrita e a supressão de matrícula em componentes curriculares, sem prejuízo ao IRA (IRA Geral e IRA Individual) e sem interferência no tempo máximo exigido para a conclusão do curso;

➔ Desse modo, os ajustes de matrícula, supressão e trancamentos necessários serão melhor avaliados com o prosseguimento do semestre. Os estudantes e professores poderão se ajustar à nova realidade advinda do Planejamento FACED, evitando, assim, a evasão e o prejuízo acadêmico, sem a devida compreensão dos processos de continuidade das disciplinas e componentes curriculares.

Situação dos Prováveis Concludentes 2020.1



Desenho de sete círculos amarelos com figuras em vermelho no interior.
1. O círculo maior está no centro, com o desenho de um diploma e um capelo e os demais ao seu redor: 2. Círculo com régua, tubo de ensaio e o símbolo do átomo; 3. Lapiseira; 4. Figuras geométricas: quadrado e triângulo 3D; 5. Uma cartilha ABC; 6. Um despertador; 7. Uma lupa.

Assumir o compromisso com a formação de todos os(as) estudantes do curso de Pedagogia que têm possibilidades e querem se formar no semestre 2020.1. Para o conhecimento dos possíveis concludentes, realizaremos uma reunião e apresentaremos o planejamento pedagógico da UA na pandemia.

O levantamento de concludentes nas disciplinas ofertadas as licenciaturas conta com a colaboração do Grupo de Trabalho das Licenciaturas (GTL), identificando e acompanhando a situação destes estudantes.

Os/as alunos/as concludentes, que não têm condições de terminar o semestre por meio das atividades educativas emergenciais, serão orientados a realizar um plano orientado de estudos para os componentes curriculares obrigatórios e optativos. Igual modo para aqueles que optarem pelo ensino presencial, aos quais devem comunicar à coordenação a sua escolha de aguardar o retorno das atividades presenciais para a conclusão do curso.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

0 Os/as alunos concludentes que têm apenas o TCC para finalizar o curso devem continuar o processo de orientação com os respectivos docentes orientadores e agendar a defesa em ambiente virtual em qualquer período. Os/as estudantes que se encontram nessa situação, devem avaliar junto com seu/ua orientador/a a possibilidade da defesa e se assim decidirem, devem atender às seguintes orientações:

1 Agendamento da defesa via preenchimento e envio do **Formulário de marcação de defesa de TCC** (disponível: www.faced.ufc.br) para o e-mail da Coordenação: coordpedagogia@ufc.br. Preencher em assunto do e-mail: Defesa de TCC;

2 A coordenação confirmará o agendamento e enviará ao orientador as declarações de participação dos membros da banca e o formulário de preenchimento da ata de defesa;

3 A defesa e apresentação devem ser amplamente divulgadas pelo orientador e orientando, mediante convite em mídias digitais (e-mail, redes sociais, site da FACED);

4 O orientador e presidente da sessão de defesa deve providenciar a abertura da sala e o envio do link para o orientando e os integrantes da Comissão; assim como gravar a sessão;

5 A gravação da sessão e a ata de defesa preenchida e assinada devem ser encaminhadas para coordenação do curso de Pedagogia por e-mail;

6 Após a defesa e envio da ata e gravação, o orientador deve consolidar a atividade de TCC no SIGAA;

7 O prazo para entrega da versão final do TCC continua de 30 (trinta) dias corridos. A versão em PDF e o termo de Autorização para disponibilização de documentos digitais nos repositórios da digitais da Biblioteca UFC (Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/pt/documentos-e-formularios/formularios/>) devem ser encaminhados para a secretaria da Coordenação de Curso (coordpedagogia@ufc.br).

Estágios Obrigatórios - De uma Pedagogia Necessária a uma Pedagogia Possível

Após várias conversas com nossas turmas e reuniões iniciadas no mês de junho deste ano, em âmbito departamental e na Comissão de Estágio, criada para debater e deliberar acerca da oferta das atividades no semestre 2020.1, nós professores da Faculdade de Educação, que atuamos em atividades de Estágio do Departamento de Teoria e Prática do Ensino – DTPE - e duas professoras de Estágio na Educação Infantil do Departamento de Estudos Especializados – DEE – ponderamos sobre os diversos aspectos que alicerçam essa atividade no contexto social, acadêmico e profissional vigente. Deliberamos **pela manutenção da oferta do estágio**

na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: Anos Iniciais (1º ao 5º ano). Por oportuno, é importante justificar essa posição assumida, esclarecendo que tal decisão diverge e vai além do que está sendo imposto e ditado pela atual gestão superior da UFC, mais especificamente, pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, que retira dos departamentos e seus docentes a possibilidade de suspender e/ou excluir disciplinas neste semestre letivo. Somos favoráveis à suspensão do calendário 2020.1 e criação de um semestre suplementar, o qual evitaria acirrar as questões que ameaçam a qualidade da formação inicial de pedagogos da UFC.



Nossa resposta, desta forma, se contrapõe ao que rege o PPE da PROGRAD-UFC e nos debruçamos a buscar caminhos para **minimizar os danos** causados pelo aumento da exclusão e dificuldades vividas por nossos alunos, caso o estágio fosse adiado para o semestre seguinte, retardando o término do curso. Vai além, também, porque se trata de uma deliberação **construída coletivamente**, de forma democrática e participativa, escutando os alunos e suas demandas formativas, sobretudo, os concludentes do corpo discente do Curso de Pedagogia.

Dizer um NÃO em face da conjuntura vigente tem um significado político-pedagógico muito claro de recusa ao ensino remoto, exclusivamente virtual, defendido pelo mercado educacional neoliberal, insistindo em supervalorizar as tecnologias como instrumentos centrais de instrução e, com isso, desprezando o papel dos professores como agentes ativos do processo educativo e produtores do conhecimento crítico, plural e devidamente contextualizado. Além disso, tal modalidade muitas vezes reduz o ensino a uma perspectiva instrucionista e o estágio à simples reprodução e aplicação de teorias, sem o devido enlace com a realidade socioeducativa. De outro lado, um mero SIM constitui um ato de

irresponsabilidade e desconhecimento das necessárias condições de realização de atividades de estágio supervisionado no processo formativo de nossos alunos.

Enfatizamos a **nossa posição contrária ao formato não presencial fora de um contexto excepcional**, o qual relega a importância do processo pedagógico desenvolvido de forma presencial e secundariza a figura do professor, ambos essenciais e insubstituíveis na formação humana. Contudo, não desconsideramos o contexto de pandemia do coronavírus no mundo inteiro, em função do desconhecimento da doença, da falta da vacina, os quais não permitem o vislumbre temporal da volta à normalidade, acentuando ainda mais as desigualdades sociais e étnico raciais, colocando em risco a vida e a saúde de todas.

Consideramos, sobretudo, os resultados da pesquisa realizada no mês de junho pela Faced/UFC com os estudantes, técnicos administrativos e docentes, cujos resultados confirmam, quanto ao alunado, que suas condições sociais e econômicas não podem ser ignoradas, clamando por mais atenção e cuidado, além de apoio e acolhimento emocional, seja de forma individual, seja por meio de ações institucionalizadas.



Entendemos, resgatando esse olhar sensível, necessário a cada um de nós, que não há ação político-pedagógica mais acolhedora nesse momento do que enfrentar o desafio de pensar e articular atividades de **estágio na forma suplementar**, algo outrora impensável. Tais desafios demandam a reconfiguração, nesse momento, do princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, ensino e extensão, conteúdo e forma, estudante e professor, criança, educação e cuidado. Assim, para qualquer prática de estágio, entendemos a estreita relação entre a teoria e a prática, seja quanto aos vínculos entre ensino e aprendizagem de forma dialógica e cooperativa, seja redesenhando novas formas de interação entre Universidade, sociedade e escola.

Consideramos que a rede municipal não suspendeu suas atividades educativas, sendo estas realizadas por meio de práticas possíveis, devendo estas ser objeto de investigação e apoio, requerendo o exercício da função da Universidade de fazer a leitura e problematizar sobre as demandas emergentes neste contexto, assim como auxiliar os educadores da rede básica a encontrarem caminhos possíveis para enfrentar as questões emergenciais pelas quais estão, igualmente, submetidos.



Nossa posição pela oferta das atividades educativas do estágio considera a realidade da rede pública, que historicamente vem acolhendo nossos estagiários - onde a prática docente acontece muito pouco por meio das atividades síncronas, isto é, realizadas em tempo real com as crianças.

É importante reconhecer, no entanto, que **se tal cenário parece inadequado para o estágio como exercício da práxis**, o mesmo pode contribuir, minimamente, para desvelar o caráter falacioso e ainda mais excludente do ensino remoto nas instituições públicas, a partir de estratégias de investigação e pesquisa com os sujeitos participantes das ações desenvolvidas. Indicamos, ainda, a preparação de nossos estudantes para enfrentarem tal situação de adversidade trocando experiências e demonstrando companheirismo àqueles que vivenciam a realidade do chão da escola básica.

É bom que se diga, ensino este defendido não pelos professores em sua maioria, mas por gestores e autoridades governamentais, pouco conhecedoras de tal realidade e que se preocupam basicamente com a dimensão e os aspectos quantitativos da educação pública. O estágio, que ora propomos como atividades

suplementares pode, também, contribuir para revelar o tipo de ensino instrumentalizador e tecnicista que os seus propagadores pretendem implantar a qualquer custo e de qualquer modo nas escolas, com um número bem reduzido de professores, que além de não cumprir com os objetivos da educação infantil e fundamental, fragmenta ainda mais o conhecimento, dificultando o seu acesso e apropriação pelas classes sociais menos avorecidas economicamente.

Definitivamente, esse não é o tipo de prática pedagógica que queremos para as escolas no futuro, pois nada tem de humanizador e fere a humana história! E, para nós, na disputa entre a centralidade da máquina ou do humano no processo de formação de pessoas, que vença o humano e este possa usar a máquina para auxiliá-lo. Desta feita, cabe reafirmar o trabalho docente como indispensável no processo formativo das crianças, o qual recorre às ferramentas tecnológicas e como suporte para enriquecer o seu saber-fazer.

Com isso, ratificamos o compromisso com uma pedagogia necessária, de cunho emancipador para os filhos e filhas da classe trabalhadora, ainda que para isso lançamos mão nesse cenário atípico, de uma pedagogia possível, que

seja capaz de orientar o saber-fazer dos estagiários de modo crítico-reflexivo, na contramão dos interesses mercadológicos, cuja preocupação maior se afina com o retorno de uma inexistente e pseudo “normalidade”, visando agradar as forças privatistas e conservadoras.

Trata-se, pois, da defesa intransigente de um trabalho docente alicerçado na conscientização crítica, que ofereça uma formação teórico-prática sólida capaz de possibilitar aos futuros professores engrossar as fileiras da luta pela transformação social e a construção de uma sociedade justa, igualitária, inclusiva e mais humana, com base em ações colaborativas e participativas, “hackeando por dentro do sistema”, como bem propõe o professor Nelson Pretto (UFBA).

Nessa perspectiva, sobre a oferta dos estágios da Educação Infantil e/ou do Ensino Fundamental, ficou estabelecido: 1) sua manutenção aos alunos previamente matriculados, com o aceite do docente; 2) a possibilidade da não oferta, desde que não haja concludentes na turma, que tenha a anuência de todos os estudantes matriculados, com a submissão para autorização da PROGRAD, uma vez que as coordenações de cursos e as chefias de departamento não têm acesso para suprimir disciplinas.

Para isso, a oferta de estágio não se dará de forma remota, mas sob a forma de pesquisa sobre a situação do ensino na pandemia, através de encontros síncronos e assíncronos, buscando a aproximação com a rede pública, a participação em planejamentos, a realização de escuta dos atores envolvidos na cena pedagógica, a realização de análise documental, a participação em atividades interdisciplinares propostas pela FACED, integralizando o exercício da atividade de estágio.


O Conselho Departamental da FACED referendou a posição da Comissão de Estágio na reunião do dia 21/07/2020 e considera importante mantermos viva a esperança de somarmos forças para enfrentar esses desafios e as lutas vindouras, em prol de uma educação verdadeiramente aberta ao povo, pública, gratuita e de qualidade para todos, indistintamente.




Para a Realização Desta Proposta

A viabilização deste plano envolve toda a comunidade da FACED sem que haja imposição ou obrigatoriedade. A construção coletiva não prescinde da adesão individual de cada membro de nossa comunidade, constituída pelo corpo técnico, docente e estudantil.


A proposta de retomada apresentadas neste documento, não exclui as condições essenciais de políticas de apoio a comunidade e viabilização de estrutura de apoio e garantia de acesso gratuito, igualitário e inclusivo a educação. Faz-se necessário que:




os discentes tenham acesso a um programa de renda mínima com a garantia de uma bolsa para aqueles em condição de vulnerabilidade social, mediante ações de Assistência Estudantil e o acesso aos equipamentos tecnológicos como computadores, smartphome, webcam, dentre outros, além do suporte técnico adequado para o uso das plataformas virtuais e tecnologias digitais;




os discentes tenham também garantido o acesso à rede de internet de qualidade e de velocidade adequada para realização de suas atividades;




os docentes tenham, do mesmo modo, garantido o acesso aos equipamentos necessários para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, a exemplo de computadores, webcam, etc;



aos professores e aos estudantes deva se garantir uma formação de qualidade para o uso das ferramentas tecnológicas digitais e virtuais que facilitem o desenvolvimento de suas atividades;



os técnico-administrativos tenham acesso garantido aos equipamentos que possibilitem o bom andamento das atividades administrativas;



a Universidade receba financiamento orçamentário suplementar para garantir a compra de equipamentos para docentes e discentes e para o devido suporte tecnológico para o desenvolvimento de suas ações.

No sentido de garantir as condições necessárias para a realização das atividades remotas e, em caso de retomada de ensino presencial, os técnicos administrativos da FACED elaboraram diretrizes fundamentais para preservação da vida de todos. As indicações apresentadas a seguir são fruto de discussões realizadas entre a categoria, no âmbito da Faculdade, através de documentos oficiais emitidos pela Universidade Federal do Ceará e outras instituições públicas do país.

Tomando como base o respeito pela vida, a segurança no trabalho e a excelência no atendimento à comunidade acadêmica, os servidores compreendem como diretrizes:

1- Manutenção do trabalho remoto com retorno gradual ao atendimento presencial, observando as seguintes etapas: (a) prosseguimento do teletrabalho enquanto as aulas ocorrerem com a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação, com atendimentos presenciais pontuais, sob agendamento prévio,

em casos de necessidade; (b) trabalho presencial, com revezamento entre técnicos de um mesmo setor, quando as atividades acadêmicas presenciais retornarem; (c) trabalho plenamente presencial, com carga horária integral, após o fim da pandemia e a garantia da segurança sanitária de todos (vacina).

2- Avaliação técnica e por escrito da Divisão de Segurança do Trabalho da Universidade, ou órgão equivalente, para liberação das unidades de trabalho, indicando alternativas para o uso das salas sem ventilação natural e/ou espaço adequado para atividades laborais;

3- Garantia de equipamentos de proteção individual (EPIs), adequação dos espaços para atendimento ao público (proteção de acrílico em mesas e balcões dos setores, sinalização para alertar quanto ao distanciamento), limpeza sistemática dos setores e implementação plena do plano de biossegurança pela Universidade (quando este for divulgado pela UFC) demandas gerais indicadas pelos servidores (conforme apresentado a seguir), garantindo a preservação da vida, atendendo a heterogeneidade dos ambientes de trabalho da FACED.

Demandas Gerais



Criação de **grupo de trabalho local** e multidisciplinar para enfrentamento da COVID 19, que tenha por finalidade estabelecer os meios adequados para retorno seguro às atividades presenciais, com foco na promoção de ações voltadas à saúde e à segurança do trabalho e à preparação, com indicações, dos usos das instalações físicas;



Preparação dos terceirizados, discentes, servidores técnicos e docentes, com resultados de estudo do grupo de trabalho local, informando as regras gerais recomendadas pelo grupo de trabalho;



Permanência em regime de teletrabalho dos servidores que se enquadram nos grupos de risco, indicados pela Organização Mundial da Saúde;



Permanência dos demais servidores em regime de teletrabalho com **atendimentos presenciais pontuais**, sob agendamento prévio, em casos de necessidade;



Controle da temperatura corporal antes do acesso ao local de trabalho. Em caso de febre (temperatura superior a 37,5 °C), o acesso deve ser recusado, devendo o/a servidor/a, discente procurar o serviço de saúde para realizar a investigação da enfermidade.



Distribuição de máscaras pela Universidade **em quantidade suficiente** para a troca recomendada pela OMS (a cada duas horas, se a máscara for caseira);



Uso obrigatório de máscara durante o expediente de trabalho e nas dependências da Faculdade;



Disponibilização, pela Universidade, de álcool 70% em *dispensers*, em quantidade compatível, em todos os setores de trabalho e em áreas de uso comum, como banheiros, cantina e corredores;



Higienização frequente e mudança regular dos filtros e pré-filtros dos aparelhos de ar condicionados (utilizar filtros biológicos no ar condicionado) para todos os setores de trabalho;



Especificar, através de protocolo, para a equipe de terceirizados, os procedimentos sanitários e, em relação à frequência diária para desinfecção dos ambientes, recomenda-se duas vezes ao dia;



Distanciamento mínimo entre 1,5 e 2,0 metros entre os servidores e os demais membros da comunidade acadêmica;



Proteção de acrílico e *face shield* nos setores que não dispõem de espaço adequado para distanciamento do público (ex: coordenação do curso de Pedagogia);



Distribuição de plástico *insulfilm* para cobertura de equipamentos como teclados e telefones, facilitando a limpeza dos objetos;



Tapetes sanitizante pedilúvio de produção industrial ou artesanal na entrada da Faculdade e de todos os setores administrativos;



Instalação de pias ao ar livre com disponibilidade de sabão líquido e toalha de papel;



Demarcação do piso com o distanciamento indicado pela OMS;



Demarcação de lados distintos para subidas e descidas nas escadas;



Afixação de cartazes indicando o número máximo de pessoas por ambiente e regras sanitárias definidas pelo grupo de trabalho local;



Preparar os espaços de uso comum com marcações, indicando os locais que podem ou não ser ocupados;



Diminuir os acessos e entradas às instalações pelo público geral, orientando o visitante a limitar-se ao ambiente de interesse e evitando aglomerações em espaços comuns;



Disponibilizar local adequado para refeições dos/as servidores/as com o objetivo de reduzir o risco de contaminação, tendo em vista diminuir a exposição ao vírus nos shoppings e/ou restaurantes, lugares frequentes das refeições; neste local é vedado compartilhar utensílios, como pratos, copos, talheres e semelhantes;



Realizar parceria com Secretaria de Saúde do Estado para imunizar os/as trabalhadores/as e discentes quanto aos surtos de H1N1, doença que agrava o quadro dos/as infectados/as pela COVID 19;



No caso de futura volta ao trabalho presencial, recomenda-se revezamento de turnos e flexibilização de horários, sem redução de salário, tendo em vista as especificidades de cada setor.

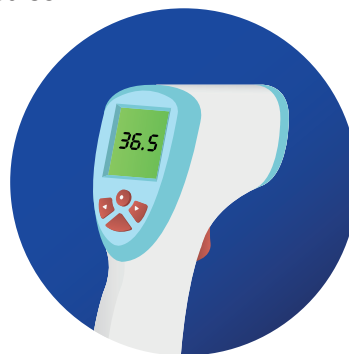
Plano de retomada às atividades presenciais do LACOM

Como parte de um planejamento de retorno gradual das atividades administrativas, compreendemos que o **Laboratório de Computação (LACOM)** cumpre papel fundamental no auxílio às/aos discentes que não dispõem de computador ou não têm acesso à internet. No sentido de orientar o uso do espaço e sua adequação às exigências sanitárias vigentes, os técnicos do laboratório elaboraram um plano com diretrizes a serem observadas pelos usuários e realizarão pesquisa com os discentes para compreender a demanda de uso do setor.

Sobre o referido plano, é importante destacar que essa elaboração foi feita com base no Plano de Retomada às Atividades Presenciais da UFCINFRA (versão 2 - 15/06/2020):

ORIENTAÇÕES GERAIS QUANTO AO ESPAÇO FÍSICO

DISTANCIAMENTO ENTRE OS INDIVÍDUOS - recomenda-se a utilização do parâmetro de dois metros mínimos para distanciamento entre os indivíduos nos layout de todos os espaços físicos, sendo distanciamento mínimo admissível de 1,5 metros.



Figuras que ilustram cuidados com a higienização dos espaços físicos. As figuras estão inseridas em um círculo azul: 1. Imagem de um termômetro digital; 2. Uma máscara facial; 3. Vidro de álcool gel.

VENTILAÇÃO DOS AMBIENTES - priorização de ventilação natural; pelo menos 6 renovações por hora, que poderão acontecer com frequente abertura de portas e janelas; higienização frequente e mudança regular dos filtros e pré filtros dos aparelhos de ar condicionado.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO - uso obrigatório de máscara pelos servidores e público em geral; em se tratando de servidores, que realizam atendimento presencial, a UFC deverá oferecer escudo facial (face shield); poderão

ser criadas barreiras físicas de acrílico ou vidro, garantindo o afastamento físico de pelo menos 01 metro entre o atendente e o solicitante do serviço.



LIMPEZA - instalação de dispensadores de álcool em gel na entrada do prédio; higienização constante de mouses e teclados, por serem superfícies com maior risco de transmissão do novo coronavírus; envelopar teclados com filme de PVC; frequência da limpeza deve ser maior que a quantidade prevista antes da pandemia.



Em relação ao LACOM, observou-se, em estudo de layout, que a utilização da taxa de ocupação de uma pessoa a cada 7 m², presente na NT005/2008 do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Ceará (2008) possibilita o cumprimento dos parâmetros de afastamentos em ambientes administrativos. Assim, adotar essa taxa de ocupação nesses espaços servirá como outra opção de referência para revisões de layout.

No caso de ambientes com dimensões muito reduzidas, onde não for possível cumprir o parâmetro de distanciamento, sugere-se realocar postos de trabalho para outros espaços ou, quando não for possível, demarcar postos de trabalho como não utilizáveis.

Na sala, que abriga o LACOM na FACED, que tem um tamanho reduzido, para atender esses parâmetros, temos que colocar apenas 03 computadores para os estudantes e 01 para o TAE, onde, hoje, tem 18 computadores instalados.

Além disso, o fato da sala ser pequena e possuir poucas janelas, resulta que a ventilação natural é precária e o ar condicionado terá que ser usado eventualmente, mesmo com janelas e portas sendo abertas. Nesse sentido, é urgente a realocação do LACOM em outro espaço.

Para melhor atender os alunos dos cursos diurno e noturno e evitar que tenham que se locomover em horários de pico do transporte público, será feito o seguinte horário de atendimento, quando for viabilizada a frequência dos estudantes na FACED:



Foto do Laboratório Computação – LACOM da FACED. Imagem de 8 computadores pretos de mesa. Em destaque, os monitores, vistos de costas, que estão sobre bancadas brancas de três em três, alinhadas uma atrás das outras. O laboratório tem paredes brancas ao fundo e, de frente para os computadores, uma porta branca aberta de entrada/saída para o laboratório. Desenho ilustrativo com cinco despertadores informando uma linha do tempo do horário de atendimento dos estudantes. 9h abertura e limpeza do Laboratório; 10h início do atendimento ao público; 13h Intervalo para almoço e limpeza da sala; 15h Retorno; 19h fechamento.

Outras disposições

O teletrabalho (home office) ser mantido para os trabalhadores em grupo de risco, como forma de diminuir o contato entre os indivíduos e, conseqüentemente, o risco de contágio; evita-se o uso de máscara por longos períodos, bem como os possíveis contatos nos deslocamentos, sobretudo nos transportes públicos.

A manutenção da escala de trabalho e/ou revezamento para serviços essenciais, caso os ambientes com todos os colaboradores não possam ter o distanciamento mínimo de 1,5 metros.

Reforça-se que, sempre que possível, as atividades presenciais devem ser evitadas, dando preferência aos atendimentos remotos, pois o distanciamento social é a forma mais eficaz de proteção.

SIGAMOS JUNTOS: Um Convite à Participação!

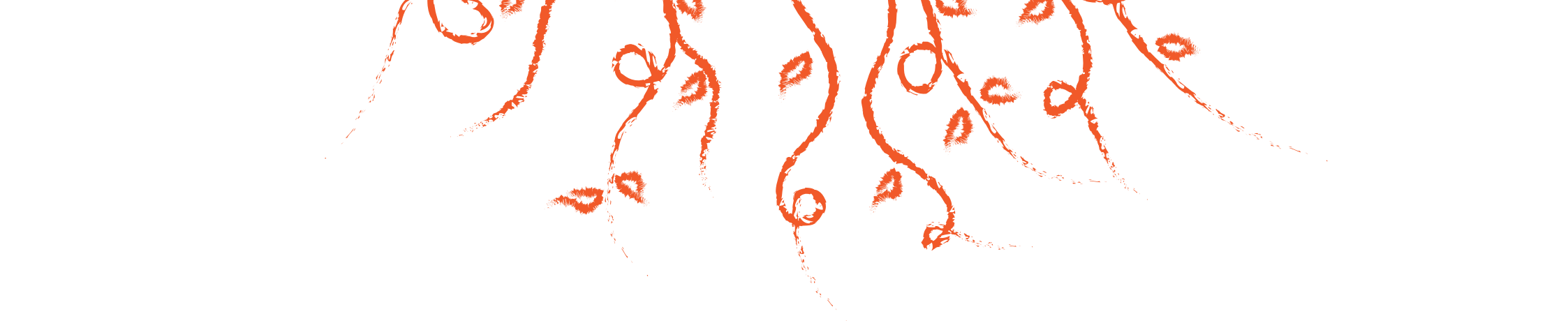
O documento “Planejar e incluir: por uma Pedagogia Colaborativa em tempos de Pandemia - Atividades Educativas Emergenciais” é uma construção coletiva e histórica. Depois de muitas reuniões, diálogos, reflexões, pesquisas, desafios, medos, angústias, divergências, convergências, desencontros, encontros, cansaços, temores e alegrias, compromisso, vontade de fazer junto e determinação, chegamos a esse produto textual que apresentamos à comunidade universitária da FACED e da UFC.

Em um texto como esse, materializar ideias que refletem/expressam um sentimento/querer de uma coletividade nem sempre é tarefa fácil. Requer escuta, partilha, criação, invenção, reinvenção e, principalmente, paciência histórica. Nem sempre esses sentimentos estavam evidentes no trabalho de tantos colegas ao longo da constituição desse plano.

Houve, contudo, muita solidariedade e comunhão nesses tempos inusitados, inesperados e pandêmicos, os quais nos reservou momentos de sofrimento e angústia. Foram tempos desafiadores para todos nós. Contudo, o compromisso educador se pôs em movimento, já que consideramos a educação um serviço essencial e percebemos a necessidade iminente do que Boaventura denominou de “reforma democrática e emancipatória para a universidade do século XXI” (Santos, 2005).

O que nos move é saber que esse processo de construção coletiva é infinitamente superior ao texto que aqui disponibilizamos. E nossas aprendizagens - disparadas por essa produção - não serão, tão rapidamente, catalogadas e sintetizadas neste documento. Mas apenas apresentadas como princípio de um processo que requer a ampliação desse espaço dialógico e a aproximação de outros atores de nossa comunidade FACED.





Vivemos tempos de incertezas e não sabemos o que há de vir, a partir de agora. Mas, como bem diz Paulo Freire, precisamos de coragem o suficiente para conjugar o verbo esperar e - juntos - constituirmos o novo que há de vir. E como diria nosso grande músico brasileiro Gonzaguinha: “Vamos lá fazer o que será...!”

A escuta dos atores que compõem a comunidade FACED iniciou-se pela pesquisa com alunos, técnico-administrativos e professores. Esta que ainda requer um relatório mais substantivo e capaz de desvelar, com todas as cores e tons, a riqueza de dados e retratos de quem somos, pensamos e de como vivemos esses tempos. Essa é só mais uma das tarefas que estão no horizonte dos próximos meses.

A maneira como realizaremos o semestre 2020.1, 2020.2, 2021.1 e daí por diante não será a mesma de antes do início dessa pandemia. De uma coisa temos convicção: estivemos,

“*Vivemos tempos de incertezas e não sabemos o que há de vir, a partir de agora. Mas, como bem diz Paulo Freire, precisamos de coragem o suficiente para conjugar o verbo esperar e - juntos - constituirmos o novo que há de vir.*”

estamos e estaremos juntos construindo uma prática pedagógica, relacional, inclusiva, ética e política que responda e reflita os princípios de defesa da escola pública, gratuita, de qualidade, viva e, acima de tudo, bonita de se ver e se viver! Por uma educação pública de qualidade, em busca de uma sociedade plural e democrática escolhemos um caminho trabalhoso, mas libertador. Assim nos propusemos e, por isso, nos motivamos a trilhar coletivamente uma produção participativa.

É esse o nosso mais sincero desejo... É esse o nosso afetuoso convite a todos/as que fazem parte da FACED-UFC. Oxalá consigamos realizar, com alegria, o que temos sonhado juntos; tendo a coragem de rever posições, reavivar relações e continuar a escrever a história de uma instituição que nos forma há mais de 50 anos e nos ampara a construir um novo tempo que se anuncia. “Vamos lá fazer o que será?”

Calendário das Atividades Educativas Emergenciais





Semana	Proposições	Semana	Proposições
 20 a 24 JUL	Plenárias de planejamento coletivo da FACED • Setores de estudo • Intersetorial • Coletivo	 07 a 11 SET	Seminários Integrativos (setorial e intersetorial, coletivos)
 27 a 31 JUL	Retomada/organização coletiva dos componentes: professores e suas turmas. Seminários Integrativos (setorial e intersetorial, coletivos)	 14 a 18 SET	Plenárias de Avaliação e Definição de Ações
 03 a 07 AGO	Início das aulas/atividades emergenciais	 21 a 25 SET	Seminários Integrativos (setorial e intersetorial, coletivos)
 10 a 14 AGO	Seminários Integrativos (setorial e intersetorial, coletivos)	 28 SET a 02 OUT	Plenárias de Avaliação e Definição de Ações
 17 a 21 AGO	Plenárias de Avaliação e Definição de Ações	 05 a 09 OUT	Seminários Integrativos (setorial e intersetorial, coletivos)
 24 a 28 AGO	Seminários Integrativos (setorial e intersetorial, coletivos)	 12 a 16 OUT	Construção de Painéis Integrativos/Apresentações
 31 AGO a 04 SET	Plenárias de Avaliação e Definição de Ações	 19 a 23 OUT	Plenária Final do Semestre: avaliações e propostas Consolidação das disciplinas/componentes.

Imagem do Calendário das Atividades Educativas Emergenciais. Ele está organizado em duas colunas, em tom azul claro. Como marcador de cada semana uma imagem de lápis coloridos dentro de um círculo branco.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BORGES NETO, H. ; RODRIGUES, Eduardo S. J. **O que é inclusão digital?** Um novo referencial teórico. *Linhas Críticas (UnB)* , v. 15, p. 345-362, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Comunidades Aprendentes**. In: FERRARO JÚNIOR, L.A.(org.). *Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores*. 2005.

BRASIL. MEC. **Portaria 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19, 2020a. Disponível em <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Data do acesso: 29/06/2020

BRASIL. MEC. **Portaria 345**, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. 2020b. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=603&pagina=1&data=19/03/2020&totalArquivos=1> Data do acesso: 29/06/2020

BRASIL. MEC. **Portaria 473**, de 12 de maio de 2020. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. 2020c. Disponível em <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-473-de-12-de-maio-de-2020-256531507?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520473%252C%252012%2520de%2520maio%2520de%25202020> Data do acesso: 29/06/2020

BRASIL. MEC. **Portaria 544**, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. 2020d. Disponível em <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Data do acesso: 29/06/2020.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública. **Norma técnica nº 005 de Fevereiro de 2008**. Coordenadoria de Atividades Técnicas. Corpo de bombeiros Militar do Estado do Ceará. Fortaleza. Data do acesso: 29/06/2020.



COLEMAX. Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação, 2020. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social:** porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Faculdade de Educação - FE, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Disponível em: <http://www.colemarx.com.br>. Data do acesso: 30/06/2020.

DANTAS, Dina Mara Pinheiro. **Uma proposta metodológica para o uso dos softwares na educação.** Dissertação (Mestrado em Educação Barsileira). Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza/Ce, 2010

DUTRA, Marlene de Alencar. **Mediação de autorias e avaliação solidária em comunidades virtuais de aprendizagem** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2006.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 142p.

FALSBORDA, Orlando; OSEJO, L. E. M. **Superando o Eurocentrismo:** Enriquecimento do conhecimento sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. Colombia. ed: Editorial Guadalupe. 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** tradução de Rosisca Darcy de Oliveira 7a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** (20a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

GIACOMETTI-ROCHA, Erika; MILL, Daniel. Mudanças nas interações sociais e mobilidade na educação com a mediação das tecnologias digitais de informação e comunicação. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 966-982, 2017.

GOMEZ, Margarita Victória. **Educação em rede:** uma visão emancipadora. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004;

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de coronavírus.** Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br>. Data do acesso: 01/07/2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1992.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O educador: qual o seu papel na contemporaneidade? IN: D'ÁVILA (Org.). **Ser Professor na Contemporaneidade.** Curitiba: Editora CRV, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** 21. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1990. 181p

MEYROWITZ, J. **No sense of place: the impact of electronic media on social behavior.** London: Oxford University Press, 1985.

MILL, Daniel; ABREU-E-LIMA, Denise; LIMA, Valéria Sperduti; TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli. O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo. **Cadernos da Pedagogia** Ano 02 Volume 02 Número 04 agosto/dezembro. 2008.

MOREIRA, José António Marques; HENRIQUES, Susana. BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020.

NASCIMENTO, Marcos Ribeiro. **Atividades digitais para alfabetização baseadas no método Paulo Freire.** Dissertação de Mestrado; Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza/Ceará, 2009.

PATTO, Maria Helena Souza. O ensino a distância e a falência da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 303-318, abr./jun. 2013.

PORTO, Bernadete Souza; DIAS, Ana Maria Iorio. **Desenvolvimento da Docência em Nível Superior:** de situações vivenciadas na prática à formação de rede de saberes. In: D'ávila, Cristina Maria; VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Organizadoras). **Profissão Docente na Educação Superior.** 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.

PRETTO, Nelson. (Org). **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012.

RODRIGUES, Eduardo Santos Junqueira. Atividade escolar remota não é EaD. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 09/07/2020. Disponível em: <<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/03/27/eduardo-junqueira--atividade-de-escolar-remota-nao-e-ead.html>>. Data do acesso: 20/07/2020.

SANTOS, Boaventura Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura Souza (2009) **Una epistemología del Sur. La reinención del conocimiento y la emancipación social**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/Siglo XXI Editores, México, 368 pp.

SAVIANI, Demerval. O Conceito Dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a Psicologia Histórico-Cultural. In: BARBOSA, M. V. Et al (ORGS). **Teoria Histórico-Crítica: questões fundamentais para a educação escolar**. Marília, SP. Cultura Acadêmica Editora, 2016.

SAVIANI, Demerval Escola e democracia. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 8 ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SOARES, Raianny Lima; BORGES NETO, Hermínio Borges; TORRES, Antonia Lis de Maria Martins. Desenho Didático e Mediação Pedagógica em Ambientes Virtuais: contribuições à Educação a Distância. **Em Rede: Revista de Educação a Distância**. v.3, n.1.p.97-108. Agosto de 2016. ISSN: 2359-6082, 2016.

SOARES, Raianny Lima. **A prática de educação a distância desenvolvida pelo laboratório de pesquisa multimeios: diálogos com a sequência Fedathi**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza/Ce, 2017.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: UNIJUÍ, 2014.

TORO, Rolando. **Teoria da Biodança – Coletânea de Textos**. Organização Cezar Wagner de Lima Góis, Fortaleza: ALAB, 1991.

TORRES, Antonia Lis de Maria Martins; BORGES NETO, Hermínio. **A perspectiva de Educação Aberta desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa**

Multimeios/FACED/UFC. In: **Tecnologias da Educação: passado, presente e futuro**, organizado por CAVALCANTI, Juraci Maia Cavalcante, HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho, TORRES, Antonia Lis de Maria Martins - Fortaleza: Edições UFC, 2018.

UNESCO/COL (2011). «**Guidelines for open educational resources (OER) in higher education**» (PDF) (em inglês). Consultado em 15 de julho de 2020.

YONG, Regina Santos. **Interfaces Digitais Interativas (IDI) no ensino presencial superior: práticas educativas e formação no curso de Pedagogia da UERN**. Tese. (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Curso de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza/Ceará, 2014

NOTA DO CONSELHO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFC À COMUNIDADE ACADÊMICA E À SOCIEDADE CEARENSE:

EM DEFESA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM QUALIDADE

O Conselho da Faculdade de Educação, conforme deliberação nas reuniões de 16 e 25/03/2020, se dirige à comunidade acadêmica e à sociedade para apresentar os argumentos relacionados à manutenção do seu posicionamento de suspensão das atividades acadêmicas sem a realização de atividades remotas, em decorrência da prevenção à Covid-19.

A legislação vigente prevê que os cursos de graduação presenciais podem ter até 40% da carga horária ofertada na modalidade EAD, desde que prevista nos projetos pedagógicos dos cursos, o que implica o planejamento institucional de médio e longo prazo para a consolidação desse hibridismo pedagógico. Tal possibilidade metodológica não foi incluída nos cursos de graduação presenciais da UFC. Portanto, trata-se de um modelo que não encontrou respaldo nas condições objetivas oferecidas pela Universidade, que vem sofrendo sucessivos ataques, comprometendo a realização do trabalho docente, assim como, sua própria existência. Temos convicção de que não é num cenário de crise que essas condições vão se consolidar e não há, portanto, **condições pedagógicas e estruturais para a realização de atividades remotas sem a qualidade que essa formação exige.**

As diferentes abordagens de Educação a Distância (EAD) exigem uma estrutura própria, adequada aos distintos conhecimentos e áreas específicas. Entendemos que a FACED-UFC não pode incorrer no inaceitável equívoco de desconsiderar os conhecimentos que a área da Educação construiu. A existência *per si* de boas ferramentas didático pedagógicas não garante a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista ser necessário que os professores estejam preparados para desenvolver tais atividades e que as condições para o trabalho pedagógico existam, objetivamente. Sem essas condições, realizar atividades remotas configura-se em um equívoco pedagógico, com consequências incalculáveis no que concerne ao rebaixamento do ensino, desarticulado da pesquisa e da extensão.

A decisão deste Conselho foi pautada no respeito aos argumentos e decisões dos/as estudantes da FACED, que, reunidos em assembleia, em 16/03/2020, constataram a falta de condições para a realização das atividades acadêmicas e deliberaram pela suspensão, inclusive das ações remotas ou à distância. É nosso dever promover o acesso aos

conhecimentos desenvolvidos na universidade a todos/as aquele/as matriculados/as nos cursos presenciais, inclusive aos/às estudantes com deficiência, que contam com o apoio da Secretaria de Acessibilidade. O levantamento realizado na FACED-UFC também apontou que um número significativo de alunos/as não possui equipamentos necessários, o que fere a isonomia, uma vez que – diante dos argumentos descritos acima – as atividades não seriam de acesso universal, configurando, pois, um **processo antipedagógico, antidemocrático e excludente.**

No tocante às atividades realizadas pelos/as servidores/as técnico-administrativos/as, salienta-se que as demandas geradas nas Unidades estão sendo encaminhadas pela Direção da FACED, pelas Chefias de Departamento e pelas Coordenações de Cursos de Graduação e Pós-Graduação e sendo realizadas remotamente por seus respectivos técnico-administrativos.

A Faculdade de Educação, por prezar pela qualidade dos processos educativos e da formação dos futuros professores, não pode adotar a mesma lógica financista e produtivista dos que querem manter seus lucros ao custo das vidas de milhões de pessoas. Nossa prioridade é preservar a vida humana, para que todos/as possam ter oportunidade de cuidar de si e dos seus. Quando a pandemia passar (e passará!), estaremos ainda mais preparados/as para enfrentar os desafios da sociedade e defender a universidade pública e gratuita, que precisa de todos/as nós, em solidariedade, para superar esse momento tão difícil para toda a humanidade.

Pelo exposto, e, com muito respeito aos/às estudantes, aos/às servidores/as docentes e técnico-administrativos/as e a todos/as aqueles/as que fazem a UFC, aprovamos o encaminhamento de propor aos órgãos superiores da UFC a **suspensão do calendário acadêmico relativo ao semestre 2020.1 com posterior reposição de suas atividades**, quando tivermos uma situação favorável ao desenvolvimento das mesmas em nossa Universidade.

**Conselho Departamental
Faculdade de Educação-UFC**
Fortaleza, 25 de março de 2020

Imagem em primeiro plano de uma nota/jornal. No cabeçalho em fundo azul e manchete em letras brancas o texto. NOTA DO CONSELHO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFC À COMUNIDADE ACADEMICA E À SOCIEDADE CEARENSE (texto tarjado em rosa): EM DEFESA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM QUALIDADE.

